



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Vanessa Caroline Lada

A Solidariedade Transnacional e o Movimento Zapatista:
um mundo onde caibam muitos mundos

Marília
2025

Vanessa Caroline Lada

A Solidariedade Transnacional e o Movimento Zapatista:
um mundo onde caibam muitos mundos

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Laércio Fidelis Dias

Marília
2025

L153s

Lada, Vanessa Caroline

A Solidariedade Transnacional e o Movimento Zapatista : um mundo onde caibam muitos mundos / Vanessa Caroline Lada. -- Marília, 2025

77 p. : fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Laércio Fidelis Dias

1. Solidariedade. 2. Identidade. 3. Movimentos sociais. 4. Interesses coletivos. 5. Internet e ativismo. I. Título.

Vanessa Caroline Lada

A Solidariedade Transnacional e o Movimento Zapatista:

um mundo onde caibam muitos mundos

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **LAERCIO FIDELIS DIAS**
Data: 08/12/2025 16:03:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Laercio Fidelis Dias
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador



Ms. Alessandro Mariano Rodrigues
PPGCA-Unesp/Sorocaba

Documento assinado digitalmente
 **FABIO FREITAS DOS SANTOS**
Data: 09/12/2025 16:24:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ms. Fábio Freitas dos Santos
PPGCA-Unesp/Sorocaba

Marília, 8 de dezembro de 2025.

“Porque has de saber, azul reposo, que estos indígenas enojan hasta a quienes simpatizan con su causa. Y es que no obedecen. Cuando se espera que hablen, callan. Cuando se espera silencio, hablan. Cuando se espera que dirijan, se ponen atrás. Cuando se espera que sigan atrás, agarran para otro lado. Cuando se espera que sólo hablen ellos, se arrancan hablando de otras cosas. Cuando se espera que se conformen con su geografía, caminan el mundo y sus luchas.”

Subcomandante Marcos (2003)

RESUMO

O seguinte projeto possui a finalidade de analisar a trajetória da construção de uma Solidariedade transnacional presente no Movimento Zapatista no México, relacionando os aspectos históricos de seu surgimento e concepções da sua luta revolucionária, iniciada como um levante armado, associados com o Exército Zapatista de Libertação Nacional, e sua transformação no decorrer dos anos, ao estabelecer uma estrutura voltada, majoritariamente, para o cenário político e social. A partir disso, seus ideais revolucionários indígenas e reivindicações a nível nacional, se entrelaçam com o apoio da sociedade civil mexicana e internacional, acarretando uma importante visibilidade ao Movimento, decorrente, principalmente, de seus comunicados e da literatura escrita pelo Subcomandante Marcos. Desse modo, a pesquisa aborda um panorama de desenvolvimento e internacionalização da luta revolucionária, seus aspectos distintos comparado aos movimentos guerrilheiros na América Latina e sua importância e reflexo nos movimentos sociais mundiais, além da contribuição para as Relações Internacionais.

Palavras-chave: México; indígenas; sociedade civil; zapatistas; lutas; revolução.

RESUMEN

El siguiente proyecto tiene como objetivo analizar la trayectoria de la construcción de una Solidaridad transnacional presente en el Movimiento Zapatista en México, relacionando los aspectos históricos de su surgimiento y las concepciones de su lucha revolucionaria, que inició como un levantamiento armado, asociado al Ejército Zapatista de Liberación Nacional, y su transformación a través de los años, al establecer una estructura enfocada, principalmente, en el escenario político y social. A partir de ese momento, sus ideales y demandas revolucionarias indígenas a nivel nacional se entrelazan con el apoyo de la sociedad civil mexicana e internacional, dando una visibilidad significativa al Movimiento, resultante principalmente de sus comunicados y la literatura escrita por el Subcomandante Marcos. Así, la investigación aborda un panorama del desarrollo e internacionalización de la lucha revolucionaria, sus aspectos distintivos frente a los movimientos guerrilleros en América Latina y su importancia y reflejo en los movimientos sociales globales, además de su aporte a las Relaciones Internacionales.

Palabras-claves: México; pueblos indígenas; sociedad civil; zapatistas; luchas; revolución.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Cenário do Levante Zapatista: principais localidades	15
Figura 02 - Atlas dos Povos Indígenas do México	16
Figura 03 - Centro Indígena de Capacitação Integral (Cideci)	38
Figura 04 - Subcomandante Marcos discursando em El Zócalo	46
Figura 05 - Estrela de cinco pontas: símbolo do EZLN	47
Figura 06 - Representação do Don Durito	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCRI - Comitê Clandestino Revolucionário Indígena

CIDECI - Centro Indígena de Capacitação Integral

CND - Convenção Nacional Democrática

CNI - Congresso Nacional Indígena

COCOPA - Comissão de Concórdia e Pacificação

CONAI - Comissão Nacional de Intermediação

CSRZ - Col·lectiu de Solidaritat amb la Rebel·lió Zapatista de Barcelona

EUA - Estados Unidos da América

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FLN - Forças de Libertação Nacional

GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

INI - Instituto Nacional Indigenista

MAREZ - Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OMC - Organização Mundial do Comércio

PRD - Partido de Revolução Democrática

PRI - Partido Revolucionário Institucional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONTEXTO HISTÓRICO	11
2.1	1º de janeiro de 1994 e o início do Movimento Zapatista	14
2.2	Declaração da Selva da Lacandona e o contato com a sociedade civil	19
2.3	Municípios Autônomos em Rebeldia Zapatistas e os seus impactos	24
3	MOTIVAÇÕES SOCIAIS E A DEFINIÇÃO IDENTITÁRIA ZAPATISTA	26
3.1	Indigenismo mexicano: processo de criação identitária	30
3.2	O conceito de autonomia e dignidade nos discursos zapatistas	33
4	SOLIDARIEDADE TRANSNACIONAL	38
4.1	Os meios de comunicação e o ciberativismo	41
4.2	Subcomandante Marcos: o Velho Antônio e Don Durito	48
4.3	Acordos de San Andrés e a criação dos Caracóis	52
5	MODELO ZAPATISTA: O ESPELHO PARA MOVIMENTOS SOCIAIS INTERNACIONAIS	58
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

O dia 1º de janeiro do ano de 1994 marcou a história mexicana, devido ao levante armado indígena denominado Movimento Zapatista, composto majoritariamente pelos membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O contexto histórico no México neste período caracterizava-se por um sistema eleitoral fraudulento, influências externas dos Estados Unidos na implementação do neoliberalismo e a assinatura do Tratado de Livre Comércio (NAFTA), corroborando para mudanças nacionais que desfavoreciam os indígenas que se encontravam em uma situação de negligência estatal (Gennari, 2005).

O estado de Chiapas, localizado na fronteira com a Guatemala, é habitado, predominantemente, por indígenas descendentes dos maias. A região possui inúmeras riquezas naturais, destacando o seu poderio petrolífero, sendo no período responsável por 20% da produção elétrica nacional (EZLN, 1992 *apud* Gennari, 2002), entretanto, diversas casas chiapanecas não usufruíam dessa energia, além disso, enfrentavam um déficit na área da saúde, educação e alimentação, apesar de possuírem destaque na produção de café e agropecuária, ou seja, a maior parte da população é relegada no processo de desenvolvimento. Nesse ínterim, a mudança constitucional em 1992 no Artigo 27, que impedia as terras dos *ejidos*¹ de serem vendidas ou hipotecadas é revogada a favor do Tratado de Livre Comércio, apagando a conquista indígena da Revolução Mexicana ao direito da posse de terra (Gennari, 2002). Consequentemente, após uma década de preparação, a EZLN se associa com as comunidades indígenas chiapanecas e inicia em 1994 o chamado Movimento Zapatista, inicialmente possuindo fins, principalmente, de luta armada, mas, posteriormente, desenvolvendo uma sociedade autônoma, com princípios e reivindicações políticas, sociais e identitárias.

Tendo em vista esse panorama, os zapatistas reivindicam, majoritariamente, 11 pontos fundamentais: terra, trabalho, casa, pão, autonomia, educação, liberdade, saúde, justiça, democracia e a paz (Gennari, 2002). Desse modo, enfatizam a busca por um mundo onde caibam muitos mundos, ou seja, a criação de uma realidade de respeito às diferenças culturais, e a busca por mudanças não somente para as comunidades indígenas, mas sim, reivindicações nacionais, além do incentivo ao transformar a sociedade civil em apoiadores, agentes na construção da história mexicana (Le Bot, 1997). Logo, seus ideais e diferenciais ao comparados com as demais guerrilhas latino-americanas se destacam, essencialmente, devido a caracterização de uma luta revolucionária que não busca a tomada do poder para a efetivação

¹ Forma de propriedade coletiva da terra criada no processo de reforma agrária

de um socialismo, e sim, a concretização de suas exigências e a liberdade e dignidade para todos os nacionais (Figueiredo, 2003).

Portanto, a construção da relação entre o Movimento e a sociedade civil, não apenas mexicana, desenvolve uma rede de solidariedade transnacional por meio da excelente divulgação de seus comunicados através da Internet e diferentes gêneros literários, a fim de não restringir as vozes a serem escutadas apenas à distribuição governamental (Leis, 1995). Dessa maneira, essas redes solidárias envolvem um conjunto de articulações que entrelaçam entidades populares e organizações, enfatizando o impacto e influência que os zapatistas propagaram em um panorama internacional (Scherer-Warren, 1993).

Nesse contexto, o seguinte trabalho busca evidenciar a importância e os efeitos que o Movimento Zapatista acarretou em território mexicano e a construção de uma estrutura de solidariedade transnacional que corrobora para sua efetivação e a difusão de sua luta revolucionária. Ademais, o combate contra o sistema neoliberal e a globalização possibilitou a internacionalização do Movimento a partir do desenvolvimento de Encontros Intercontinentais, cujo efeito refletiu, principalmente, nos demais movimentos sociais globais que se inspiraram nos ideais e métodos de organização zapatistas (Gennari, 2005).

Diante do exposto, no primeiro capítulo trazemos os antecedentes históricos a fim de enfatizar o contexto da criação do Movimento Zapatista e a sua associação definitiva com o Exército Zapatista de Libertação Nacional, além da perspectiva governamental e suas medidas institucionais que corroboraram para o cenário propício ao desenvolvimento de uma luta revolucionária. No segundo capítulo, apresentamos as motivações políticas e sociais bases das reivindicações zapatistas, enfatizando a luta contra o indigenismo, e a tentativa de apagamento cultural, além da definição de autonomia para as comunidades indígenas e as suas características culturais que os interligam.

Associado a esse ponto, o terceiro capítulo evidencia a criação da rede de solidariedade transnacional e a atuação do subcomandante Marcos² na distribuição dos comunicados do Movimento trazendo uma visão cultural indígena para as questões abordadas, aumentando a associação e conhecimento da sociedade civil referente a realidade das comunidades e o seu apoio nas lutas por suas reivindicações. Por fim, o quarto capítulo destaca a internacionalização do Movimento Zapatistas, enfatizando a sua posição no processo de lutas revolucionárias e movimentos sociais hodiernamente. Outrossim, a sua influência na constituição e permanência

² Considerado um dos principais porta-vozes do Movimento, sendo um dos mais reconhecidos.

da luta em movimentos revolucionários mundialmente, enfatizando similaridades entre reivindicações em diferentes contextos nacionais e históricos.

Portanto, a seguinte pesquisa objetiva evidenciar a importância do Movimento Zapatista não apenas na região do México e como um símbolo de luta revolucionária indígena, mas também abordar em um escopo internacional a sua influência e o impacto nos movimentos sociais em diferentes conjunturas, ou seja, analisar como o zapatismo mexicano construiu uma rede de solidariedade transnacional que atravessa as suas fronteiras e se transforma em um dos seus pilares para a permanência de sua luta. Logo, para tal propósito, metodologicamente a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa com o intuito de concentrar-se na compreensão e interpretação dos fenômenos históricos envolvendo a construção do Movimento e suas bases culturais, políticas e sociais. Ademais, uma abordagem explicativa a fim de pontuar os fatores e ações que acompanham o crescimento do zapatismo e suas mudanças internas, como também os desdobramentos externos na imagem dos povos indígenas mexicanos e o seu papel como inspiração para novos movimentos sociais internacionais. Por fim, a abordagem bibliográfica embasando teoricamente a análise central.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

As últimas décadas do século XX refletem os desdobramentos internacionais resultados de um cenário pós-guerra mundial e fim da Guerra Fria, nos quais influenciaram diversas relações estatais, início de lutas revolucionárias e mudanças políticas e econômicas. Desse modo, uma das vítimas desse panorama foi a hegemonia mundial do capitalismo, pois a crise no sistema socialista dava espaço para o capital se sobressair diante de uma economia mundializada (Oliveira Filho, 2022), assim, surge uma terceira via entre o liberalismo e o socialismo, denominado de neoliberalismo, datado desde as décadas de 1880 e 1890, no qual o governo não interviria nos processos dentro de um arranjo institucional, somente o estabeleceria e o manteria (Mises, 1938, *apud* Hulsmann, 2011). Nesse contexto, o desenvolvimento do Consenso de Washington pelos Estados Unidos que previa dez propostas para a América Latina a fim de modernizar os países vistos como emergentes, condiciona o México para o seu processo de implementação da política neoliberal (Oliveira Filho, 2022).

O país mexicano possui expressivas singularidades e contradições dentro da história latino-americana. A sua formação política se destaca pela permanência de um partido político no poder, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se caracteriza pela sua simbiose com o Estado, apresentando um caráter de repressão, corrupção e burocratização, a fim de permanecer em sua posição desde 1929 (Hilsenbeck Filho, 2007). Nesse ínterim, o momento

de destaque para o início da implementação neoliberal ocorreu em 1982, ano que se presenciou três desvalorizações da moeda nacional, acarretando no início das aplicações políticas, econômicas e sociais (Zapata, 2015 *apud* Bellesa, 2015) durante o governo de Miguel de la Madrid, ele enfatizava a situação anterior nacional como resultado dos governos populistas, e assim, iniciou a contenção dos gastos públicos, alterou os salários, privatizou empresas estatais, e após a abertura comercial, assinou o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (Hilsenbeck Filho, 2007). Após o governo de La Madrid e a posse de Carlos Salinas de Gortari, que resultou em uma crise interna em seu partido durante seu processo eleitoral, foi o responsável pelas alterações em diversas conquistas derivadas da Revolução Mexicana para “modernizar” o país, justificativa muito utilizada durante seu governo, principalmente, em jornais e revistas, trazendo a ideia de deixar o passado subdesenvolvido e se tornar um dos capitalistas avançados (Hilsenbeck Filho, 2007). A partir disso, o impacto de maior destaque desse processo neoliberal ocorreu no dia 1º de janeiro de 1994 com a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), tendo como objetivos principais:

- a) eliminar barreiras ao comércio e facilitar o movimento transfronteiriço de bens e serviços entre os territórios das Partes;
- b) promover condições de concorrência justa na área de livre comércio;
- c) aumentar substancialmente as oportunidades de investimento nos territórios das Partes;
- d) proporcionar proteção e aplicação adequadas e eficazes dos direitos de propriedade intelectual no território de cada Parte;
- e) criar procedimentos eficazes para a implementação e aplicação deste Acordo, para sua administração conjunta e para a resolução de controvérsias; e
- f) estabelecer uma estrutura para a cooperação trilateral, regional e multilateral futura, a fim de expandir e ampliar os benefícios deste Acordo. (UNITED STATES, 1993, p. 3)

Entretanto, o acordo surtiu efeitos desvantajosos para o único país latino-americano, supervalorizando o peso, acarretando em quedas de preços em produtos como o café, que era destaque na exportação, sucateou indústrias e terceirizou milhares de trabalhadores (Hilsenbeck Filho, 2007). Salinas eliminou programas sociais, restabeleceu relações com o lado conservador da Igreja Católica e alterou artigos constitucionais (Hilsenbeck Filho, 2007). Steinbruch (2003 *apud* Rocha, 2004) traz a perspectiva da posição mexicana dentro desse cenário de acordos: “O acordo serviu para acelerar a transição para uma economia liberalizada, mas não criou as condições para que o México se aproximasse do nível de seus dois parceiros no acordo, os EUA e o Canadá”.

Vale destacar a contrarreforma constitucional aprovada em 6 de janeiro de 1992 referente ao artigo 27 que rompia com o pacto social construído pela Constituição de 1917, no qual concedia direitos a todos os grupos sociais, principalmente os camponeses, e eram

defendidas as suas prerrogativas, exemplificando o *ejido*, um modo de posse coletivo da terra, formada durante a reforma agrária como uma maneira de conter as pressões revolucionárias (Robles Gómez, 2024.) Dessa forma, o artigo 27, a princípio, garantia que os *ejidos* não poderiam ser vendidos, hipotecados ou arrendados, assim, no momento que os moradores saíssem dessa terra, ela retornaria à comunidade (Gennari, 2005). Todavia, a contrarreforma objetivava a privatização dos *ejidos*, como destaca Robles Gómez (2024):

Essa reforma foi feita porque [...] dificultava a mecanização e a capitalização do setor agrícola mexicano devido à pequena extensão dos lotes comunitários. A emenda do artigo 27 da Constituição suprimiu o marco jurídico da reforma agrária realizada durante o período cardenista, pôs fim à distribuição de terras, transformou os três milhões de ejidatarios em proprietários formais e autorizou as sociedades com capital privado a adquirir, revender ou arrendar terras ejidais dentro de determinados limites de superfície.

Dessa forma, a problemática latifundiária retornava, agravando as condições de vida dos moradores das zonas rurais, principalmente os indígenas, além da disputa pelo uso dos recursos naturais entre as empresas privadas e as comunidades (Bartolomé, 2005). Nesse cenário, destaca-se a constituição histórica da região de Chiapas, iniciada com a sua incorporação ao país em 1824, baseada em uma colonização a partir das *encomiendas*³, e durante o processo revolucionário mexicano o estado permaneceu apenas às margens (Hilsenbeck Filho, 2007). A questão latifundiária chegou ao auge durante a ditadura de Porfirio Díaz, no qual o estado chiapaneco era subjugado a intervenções do exterior que objetivavam terras para o cultivo de café e outras atividades para a exportação, devido a região possuir diversos recursos agrícolas, petrolíferos e hidroelétricos, por outro lado, grande parte da população chiapaneca recebia menos de dois dólares por dia, mas também, sofriam com elevados níveis de desnutrição, analfabetismo, pobreza, déficit de serviços básicos, e contraditoriamente falta de energia elétrica, mesmo sendo o maior provedor de energia nacional (Esponda; Barrios, 2003), ou seja, era a região “mais pobre de um México já pobre” (Coggiola, 2002).

Tendo em vista esse panorama e a fim de solucionar as tensões regionais, o governo, em 1950, inicia a propaganda aos indígenas sem terra para se locomoverem a áreas conhecidas como Selva Lacandona, vista por muitos deles como “terra prometida”, ideia influenciada pela presença da Igreja Católica e organizações maoístas, que tornaram-se pontos de apoio e coesão entre as diferentes comunidades que se destacavam pela permanência de costumes e tradições

³ Sistema colonial no qual os proprietários ganhavam as terras e o direito ao trabalho forçado de indígenas e o pagamento de tributos (Batalla, 1990)

de origem maia e a construção de uma vida comunitária (Le Bot, 1997). Nesse contexto, há o início do desenvolvimento de movimentos camponeses indígenas que perderam os seus empregos e suas terras, além do agravamento do processo de exploração em novos territórios, devido ao aumento do setor turístico, agropecuário e petrolífero, não possuindo um projeto de integração a essas comunidades em outros modos de produção (Esponda; Barrios, 2003). A situação acarretou a formação de organizações de indígenas a partir de 1970 envolvendo inicialmente duas vertentes, a princípio foi realizado o Congresso dos Povos Indígenas, em 1974, estruturado pela diocese de *San Cristóbal de Las Casas* com o apoio inicialmente do governo, sendo considerado um marco para a politização regional, posteriormente, os movimentos passaram a se organizar a partir das ideias de política de esquerda, resultando na criação de outras formas de organização (Hilsenbeck Filho, 2007).

Em decorrência das repressões dos latifundiários, órgãos estatais e das *guardias blancas*⁴ e a falta de amparo do governo para solucionar os problemas de Chiapas, inicia-se diversas marchas com o intuito de sensibilizar e reunir milhares de indígenas que protestavam contra a reforma do artigo 27 da Carta Magna e a corrupção, além de serem contrários a entrada do país no NAFTA (Moguel, 2002). E mesmo não conseguindo efetivar suas reivindicações, apresentaram a sua luta diante da sociedade nacional. Desse modo, o desenvolvimento do Movimento Zapatista nasce como um caminho para a continuação das lutas indígenas iniciadas na década de 70, a fim de buscar a efetivação de suas causas e obter uma vida digna para as comunidades indígenas mexicanas (Moguel, 2002).

2.1 1º DE JANEIRO DE 1994 E O INÍCIO DO MOVIMENTO ZAPATISTA

O dia 1º de janeiro de 1994 marcou a história do México pela assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio e também pelo levante indígena armado denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) gritando “Ya Basta!” e com suas identidades asseguradas pelo uso do *pasamontañas*⁵, desafiando a realidade indígena mexicana (Guerra, 2019). Entretanto, as movimentações contra o governo do PRI ganham destaque desde o final dos anos 60, a partir das manifestações estudantis, em 1968, que questionavam o regime no qual o país estava submetido, contracenando com inúmeras greves operárias e guerrilhas armadas rurais e urbanas (Aguillar Camín; Meyer, 2000). No dia 2 de novembro do mesmo ano

⁴ Grupos paramilitares ou organizações armadas privadas, incentivadas economicamente pelos latifundiários e, em muitos casos, pelo governo, obtendo abastecimento e treinamento do Exército Federal (Hilsenbeck, Filho, 2007).

⁵ Gorros que cobrem os rostos dos zapatistas

ocorreu uma dura repressão policial aos grupos de estudantes, ocasionando centenas de mortes, o que resultou em uma separação entre o elo esquerdista e progressistas (Gennari, 2002). Nesse sentido, dois anos depois, o núcleo guerrilheiro do chamado Forças de Libertação Nacional (FLN), criado em Monterrey em 1969, a partir de uma orientação marxista-leninista formada por cinco homens e uma mulher (três indígenas e três mestiços) se dirigem a Chiapas, com o intuito de organizar uma luta revolucionária rural, e para isso, aprender a viver no ambiente hostil da montanha (Azevedo Cruz, 2016).

Figura 01 - Cenário do Levante Zapatista: principais localidades



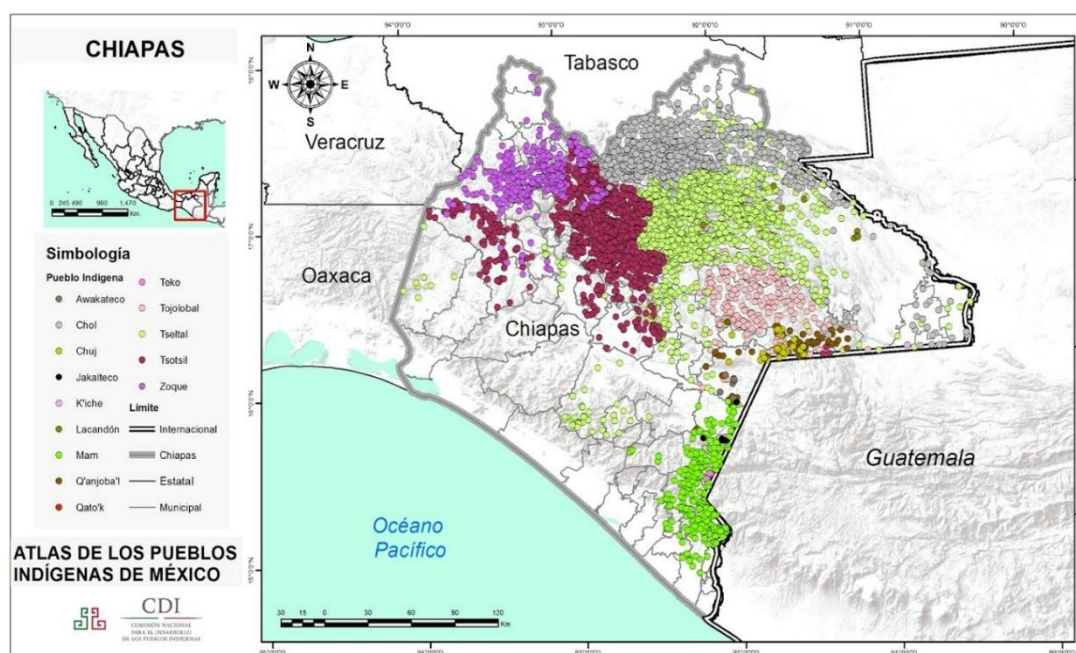
Fonte: Bot, Ivon Le (1997)

Durante os anos de 1983 a 1985, a princípio, o grupo inicial da FNL sofreu diferentes desilusões referentes aos seus ideais revolucionários causados, principalmente, pela dificuldade da vida nas montanhas devido a falta de apoio teórico e material, além de não contarem com o auxílio de outras guerrilhas latino-americanas que viam os movimentos mexicanos como um ponto de retaguarda (Guerra, 2019). Dessa forma, o grupo necessitava de uma alteração no seu plano de ação, logo, iniciaram a busca por estratégias pautadas em uma análise das tradições históricas mexicanas e as revoluções do exército de Zapata e Pancho Villa, a partir desse momento, o núcleo inicialmente urbano constrói na região da Selva Lacandona o Exército Zapatista de Libertação Nacional, iniciando o contato com as comunidades indígenas, principalmente falantes das línguas maias *tzotzil*, *tzeltal*, *ch'ol* e *tojolabal* (Morel, 2023), que estavam desde 1970 organizando um processo de politização realizado pelo Congresso Indígena

de San Cristóbal de Las Casas guiadas pela Teologia da Libertação (Guerra, 2019). O acordo inicial do EZLN com as comunidades referia-se ao treinamento dos jovens para a defesa das suas moradias, com o intuito desses ajudarem na obtenção de suprimentos, e obtendo armas pela venda dos armamentos confiscados do narcotráfico pela polícia no mercado negro, pelos jagunços e camponeses que possuíam armas rudimentres (Gennari, 2005). Dessa maneira, a luta armada era vista como o único caminho a ser percorrido para conseguir chamar a atenção do Estado e das camadas populares e efetivar as suas reivindicações, logo, os indígenas de Chiapas começaram a adentrar nos ideais de luta proposta pelo EZLN (Marcos *apud* Le Bot, 1997), principalmente, pelo aumento das repressões do exército e *guardias blancas* e da reforma constitucional do artigo 27, fatores que contribuíram para o aumento da associação indígena e o rompimento do movimento com os ideias marxistas-leninistas, ressignificando as duas vertentes da luta política (Ornelas, 2005):

Nós chegamos à selva como uma clássica elite revolucionária em busca desse sujeito, o proletariado, no caso da revolução marxista-leninista. Mas essa proposta inicial entrou em choque com as propostas das comunidades indígenas, que têm outro substrato, uma complexa pré-história de emergência e insubmissões. Nós modificamos nossas propostas interativamente. O EZLN não nasce de propostas urbanas, mas tampouco de propostas vindas exclusivamente das comunidades indígenas. Nasce dessa mescla, desse coquetel *molotov*, desse choque que produz um novo discurso. O que dissemos é que a transformação histórica não deve ser feita à custa da exclusão dos setores da sociedade. (Marcos *apud* Montalbán, 1999)

Figura 02 - Atlas dos Povos Indígenas do México



Fonte: INPI. Chiapas (Atlas INPI).

Desse modo, os indígenas passaram a ser a maioria influenciando o contexto interno do EZLN, à medida que se fazia necessário aprender a se comunicar com as comunidades, não apenas pela linguagem, como também pelos mitos e símbolos, a sua cultura de luta e vida comunitária (Gennari, 2005). Além disso, os zapatistas vivenciavam a fome, pobreza, assédios das autoridades, assassinatos dos líderes das comunidades e as mortes por doenças curáveis (Holloway, 1997), assim, aprenderam a escutar as suas reivindicações, como relatado por Eduardo Galeano (*apud* Saramago, 1998) ao afirma que Rafael Guillén antes de ser o Subcomandante Marcos “(...) veio a Chiapas e falou aos indígenas, mas eles não o entenderam: “Então meteu-se na névoa, aprendeu a escutar e foi capaz de falar””, e para isso era essencial a construção de uma rede de comunicação entre os diversos povoados que permaneciam fechados em si mesmos, logo, as mudanças iniciaram por meio das mulheres, pois era imprescindível o cuidado para contar as ideais zapatistas, pois havia muitos casos de alcoolismo entre os homens o que contribuía para as desconfianças, portanto, as mulheres possuíam o papel de incentivar a sobriedade e a partir disso, compartilhavam aqueles que eram de possível associação com o movimento (Gennari, 2002):

Compreender a expressão destes olhares, a gravidade destes rostos, o simples modo de estar juntos, de sentir e de pensar juntos, de chorar em comum as mesmas lágrimas, de sorrir o mesmo sorriso, compreender as mãos do único sobrevivente de uma matança colocadas como asas protetoras sobre as cabeças das filhas, compreender este rio infindável de vivos e de mortos, este sangue perdido, esta esperança ganha, este silêncio de quem leva a séculos protestando por respeito e justiça, esta ira represada de quem finalmente se cansou de esperar. (Saramago, 1998)

Nesse contexto, é possível evidenciar a estrutura de troca em diferentes direções, ponto crucial dentro do Movimento Zapatista, no qual afirmam ser uma prática central o “mandar obedecendo”, atitude derivadas das comunidades, a partir da concepção de tomada de decisões coletivamente, discussões até chegar a um consenso, e aqueles que estão nos postos de autoridades são destituídos se não cumprem com as decisões tomadas em assembleias (Holloway, 1997). Essa característica é fruto da associação das comunidades com a Igreja Católica desde 1970, a partir do Congresso Indígena que alavancou a Teologia de Libertação na América Latina, destacando a atuação do bispo Samuel Ruíz referência na luta a favor dos chiapanecos, mudando suas opiniões por meio do constante contato com a situação precária da região e pela sua participação no Concílio Vaticano II, no qual posicionou a Igreja como parte do “povo de Deus na história”, ou seja, a teologia surge por meio de reflexões críticas versadas na fé que se direcionam a realidade dos povos, assim, os membros eclesiais não deveriam mais se isolar dos acontecimentos “mundanos”, e sim, interferir no campo político e social para

colaborar na busca por melhores condições de vida para essas comunidades (Andreo, 2013). A partir desse panorama e com a migração dos povos indígenas para a Selva Lacandona, a Igreja possui destaque como intermediário desses com o mundo *kaxlan*⁶ e se tornaram, a princípio, os dirigentes das organizações que surgiam, e no decorrer desses acontecimentos, o Congresso Indígena de Chiapas tem como pauta de destaque a luta pela terra (Morel, 2023), e a condição principal para efetivar o evento era que fosse um congresso de indígenas, e não um acontecimento turístico ou folclórico (Diaz, 1995). E foi por meio desse evento que houve uma estimulação pela busca da “consciência proletária” e a luta pela mudança do sistema de propriedades privadas (Morel, 2023). Cabe ressaltar, o modelo de coordenação do congresso, no qual destacava-se o incentivo a discussões iniciadas pelos próprios indígenas, tendo como base deixar os presentes elegerem os seus próprios representantes, não dirigir a ideia e sim ser um deles (Andreo, 2013), característica herdada pelos indígenas zapatistas:

Essa é a grande lição que as comunidades indígenas deram ao EZLN original. O EZLN original, aquele que se formou em 1983, era uma organização política no sentido de que falava, e de que era preciso fazer o que era dito. As comunidades indígenas ensinaram a escutar, e isso foi o que aprendemos. A principal lição que aprendemos dos indígenas é que é preciso aprender a ouvir, a escutar. (Marcos *apud* Holloway, 2005)

A Igreja também atuou como apoio para a FLN adentrar nas comunidades da Selva, todavia, com o aumento da influência do Movimento no decorrer dos anos, surgiram tensões nessa relação, principalmente, devido a preferência pelos meios pacíficos do corpo eclesástico, distinção que pode ser evidenciada pela divisão entre a região de Acteal vinculada a religião católica e os zapatistas que acatavam o uso legítimo da força em momentos como o levante de 1994 (Morel, 2023).

A trajetória de construção do Movimento Zapatista foi lenta, o panorama começa a mudar no final de 1988, em decorrência das fraudes eleitorais no qual o candidato Cuauhtémoc Cárdenas do Partido da Revolução Democrática (PRD) perde a presidência para Carlos Salinas de Gortari (PRI), o aumento da inflação e o choque nas condições de vida no ambiente rural, aumento de epidemias e repressões, e a alteração do artigo 27 da Constituição com o início das negociações para o NAFTA (Gennari, 2005). Consequentemente, a única saída para a conquista dos seus direitos apontada pelo EZLN era a luta armada, iniciando o processo de radicalização das comunidades indígenas, a partir da decisão tomada em assembleia, questionando em cada povoado se havia chegado o tempo para a guerra:

⁶ Refere-se aos brancos na língua dos indígenas tzotzil.

Entre setembro, outubro e a primeira quinzena de novembro, são consultadas quatrocentas ou quinhentas comunidades de quatro etnias: tzotzil, ch'ol, tojolabal e tzeltal, e, pela primeira vez, a maioria da população é convidada a se pronunciar: as mulheres participam como grupo e votam também os jovens que nunca haviam participado das decisões do povoado, menos ainda de decisões desse tipo. (Marcos *apud* Gennari, 2005)

A decisão de iniciar o levante armado foi tomada pela maioria, e não apenas discutida por um comitê e repassada às comunidades (Holloway, 1997), com base nesse cenário foi iniciado a transição dos planos e estratégias, pois o objetivo neste momento não era apenas proteger os povoados e os membros da EZLN, e sim, estabelecer o trajeto da luta revolucionária, instituindo, em 1992, a tomada do controle de toda organização político-militar, posteriormente, os representantes de cada etnia assumiram o posto como diretores do movimento, tornando-se o Comando Geral do EZLN, se preparando para uma luta vista desde o princípio como desgastante e longa (Gennari, 2005): “O movimento zapatista passa, então, a se tornar explicitamente uma “organização indígena”. O próprio Subcomandante Marcos chegou a afirmar: “O fundamental da nossa luta é a reivindicação dos direitos e da cultura indígena, porque é o que somos” (Morel, 2023).

Portanto, no dia 1º de janeiro de 1994 as comunidades indígenas de Chiapas anunciam o seu “Ya Basta!” ocupando as cidades de Altamirando, San Cristóbal de Las Casas, Chuck, Huixtán, Chanal, Las Margaritas e Ocosingo, desafiando os preceitos do fim das lutas armadas latino-americanas, se reconhecendo como produtores de 500 anos de luta, alçando a bandeira contra a herança histórica de um colonialismo, abrangendo diferentes esferas sociais, culturais, políticas e econômicas, sendo vistos como um movimento ideológico, cultural, metodológico e inacabado (Guerra, 2019). Aparecendo para o mundo como uma resistência ao neoliberalismo e as estruturas capitalistas, ou seja, são vistos como uma alternativa para um novo mundo, e a fim de expressar as suas reivindicações, na sacada principal das sedes dos governos municipais, os zapatistas do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena iniciam a leitura da primeira Declaração da Selva Lacandona (Gennari, 2005).

2.2 Declaração da Selva Lacandona e o contato com a sociedade civil

A Primeira Declaração inicia reconhecendo que os zapatistas são produtos de 500 anos de luta, sintonizando suas ações com um contexto histórico de intermináveis batalhas, pontuando que o levante armado era o único caminho após diversas tentativas frustradas de reivindicações (Gennari, 2005). Além disso, solicitam o envolvimento da sociedade mexicana com o intuito de construir um novo sistema político democrático e livre, firmando uma guerra contra o sistema de partidos, além de convocar a atuação da Cruz Vermelha Internacional a fim

de proteger a população civil (Neto, 2001). Nesse contexto, o Comando Geral afirma estar executando o Artigo 39 da Constituição (1917): “A soberania nacional reside essencialmente e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. Em qualquer tempo, o povo tem o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo”. Ao utilizarem esse artigo, o Movimento invoca um princípio simples e constituinte, evidenciando que a sua aplicação pode ser feita por meio do envolvimento de todos para as mudanças em uma nova forma política, devido, principalmente, ao panorama mexicano no qual a participação política da população é limitada durante as votações (Gennari, 2005):

Mas nós HOJE DIZEMOS: BASTA! Somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade. Os despossuídos somos milhões, e chamamos todos os nossos irmãos a se somarem a este chamado como o único caminho para não morrer de fome diante da ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos, liderada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e entreguistas. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e a Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, os mesmos que venderam mais da metade do nosso território ao invasor estrangeiro, os mesmos que trouxeram um príncipe europeu para nos governar, os mesmos que formaram a ditadura dos cientificistas porfiristas, os mesmos que se opuseram à Expropriação Petrolífera, os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e os estudantes em 1968, os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo. (EZLN, 1994).

Ao declararem a necessidade da destituição de Carlos Salinas pelo PRI, os zapatistas dão ênfase nos seus diálogos com o governo por meio não apenas dos discursos, mas também evidenciando a contrariedade do sistema político nacional, pois na medida que os poderes constituídos não realizam o pedido, eles enfraquecem sua imagem democrática parlamentar perante a sociedade, dessa forma, o Movimento interpreta e expõe a realidade no intuito dos indivíduos se posicionarem (Gennari, 2005). Assim, a concepção principal é de construir uma política a partir de baixo que conjectura:

(...) justamente esse diálogo entre acontecimentos e palavras que, pouco a pouco, semeia dúvidas nas cabeças das pessoas, tece novas relações, dá sentido ao sentimento de revolta, mexe com a indiferença, resgata a dignidade e a resistência como elementos a partir dos quais se começa a dizer a própria palavra e não deixar que outros pensem e ajam em nosso nome. (Gennari, 2005)

Seguidamente, declaram que lutam pela terra, teto, trabalho, saúde, educação, alimentação, paz, justiça, liberdade e independência, mostrando que não iriam desistir até os cumprimentos dessas demandas (EZLN, 1994). O discurso salienta a importância de analisar o cenário no qual o básico que é negado ao povo corrobora na guerra e extermínio direcionado aos indígenas a muitos anos. Consequentemente, a resposta governamental inicia com o aumento da militarização nas regiões rebeladas, além de prisões, torturas, assassinatos e

bombardeios. Ademais, há a tentativa de menosprezar o Movimento, e desassociá-lo das causas indígenas afirmando que as comunidades estavam sob manipulação de facções violentas (Gennari, 2005), como apontado por Marcos (*apud* Neto, 2001): “Temíamos que nos acusasse de narcoguerrilheiros, de não sermos majoritariamente índios, de sermos estrangeiros ou manipuladores de índios. Foi o que o Governo tentou fazer. Por isso optamos por uma ação que deixasse claras nossas intenções”.

Nesse entremeio, a sociedade civil inicia a sua associação com os recentes acontecimentos, criando grupos como a Coordenação das Organizações Cíveis pela Paz, objetivando o fim da guerra e a vigilância das ações do Exército. Em decorrência disso, o EZLN principia a tentativa de diálogo com o governo, pontuando as suas condições, o seu reconhecimento como força beligerante, a retirada do exército nos povoados e a criação de uma Comissão Nacional de Intermediação (CONAI) (Gennari, 2005). Todavia, a partir da tentativa de desmoralização do Movimento, Salinas envia ao Congresso um projeto de lei de anistia e a resposta a essa ação veio por meio do Subcomandante Marcos em um comunicado divulgado pelo EZLN (1994):

(...) Quem tem de pedir perdão e quem pode outorgá-lo? Os que, por longos anos, saciavam sua fome sentados a uma mesa farta enquanto nós sentávamos ao lado da morte, tão cotidiana e tão nossa que aprendemos a não ter medo dela? Os que encheram nossos bolsos e nossas almas de declarações e promessas? Os mortos, nossos mortos, tão mortalmente mortos de morte natural, isto é, de sarampo, coqueluche, dengue, cólera, febre tifóide, mononucleose (...)? Os nossos mortos, que são a maioria, que morreram, democraticamente, entre os sofrimentos, já que ninguém nunca fez nada, porque todos os mortos, nossos mortos, partiam, de repente, sem que ninguém se desse conta, sem que ninguém dissesse. finalmente, o “Basta!”.

Tendo em vista esse panorama, no dia 12 de janeiro de 1994, a sociedade civil, incentivada pelos simpatizantes do Movimento, organizam um protesto na Cidade do México reunindo milhares de pessoas e solicitando uma solução política para o confronto e o cessar-fogo (Neto, 2001). Diante desse acontecimento, o EZLN procura estimular o contato com a sociedade civil, a fim de “explicar ao coração as ideias destinadas à cabeça” (Gennari, 2005), por meio de discursos que possibilitem o compartilhamento de reflexões e experiências:

Pensamos que o povo teria nos ignorado ou teria se jogado na luta conosco. Mas ele não fez nem uma coisa e nem outra. Todas aquelas pessoas, que são milhares, dezenas, centenas de milhares de pessoas, milhões talvez, não querem insurgir conosco e nem querem nos deixar combater. Mas não querem que nos aniquilem. querem que dialoguemos. Isso perturba todas as nossas ideias preconcebidas e redefine o zapatismo (Marcos *apud* Le Bot, 1997)

As pressões internas e externas contribuem para a decretação de Salinas, no mesmo dia das manifestações, do cessar-fogo, entretanto, a decisão governamental baseou-se na bifurcação

entre extinguir o EZLN e desencadear revoltas em outros locais, ou garantir o apoio da população em um ano de eleição, controlando, assim, um cenário político instável e complexo (Gennari, 2005). Dessa forma, os diálogos para a paz deram início no mês de fevereiro, entre os delegados zapatistas e o representante do governo, Manuel Camacho Solís na catedral de San Cristóbal de Las Casas, cercados pela sociedade civil que buscava garantir a segurança do evento (Gennari, 2005).

Após as primeiras negociações, o EZLN retorna as comunidades para dar continuidade às reuniões com a sociedade civil e com outras forças políticas do país, todavia, o contato com o governo é interrompido devido ao assassinato do candidato à presidente Luis Donaldo Colosio Murrieta (PRI), no qual é atribuído pela direita como obra do EZLN, agravando as tensões e suspendendo os diálogos pela paz (Gennari, 2005). Posteriormente à comprovação do não envolvimento com o ocorrido, Manuel Camacho busca retomar as discussões, e em 12 de julho de 1994, é divulgado o resultado das reuniões, no qual os zapatistas rejeitam as propostas apresentadas. Desse modo, o Movimento estimula o seu relacionamento com a sociedade civil consignando a responsabilidade de encerrar a cultura de corrupção, visto como um empecilho para a democracia, e assim publicam a Segunda Declaração da Selva Lacandona (Neto, 2001):

(...) Hoje, não invocamos os poderes falidos da União, que não cumpriram seu dever constitucional, permitindo que o Executivo Federal os controlasse. Se esta legislatura e seus magistrados careceram de dignidade, outros virão e entenderão que devem servir ao seu povo e não a um indivíduo. Nosso chamado transcende um mandato de seis anos ou uma próxima eleição presidencial. É na SOCIEDADE CIVIL que reside nossa soberania. É o povo que pode, a qualquer momento, alterar ou modificar nossa forma de governo, e ele já assumiu isso. É a ele que apelamos nesta SEGUNDA DECLARAÇÃO DA FLORESTA LACANDONA. (EZLN, 1994)

Nesse ínterim, o Movimento expressa a sua decisão em permanecer na luta contra o mau governo, enfatizando uma batalha que engloba todos os âmbitos da sociedade (EZLN, 1994). Ademais, salientam a sua posição referente às eleições que aconteceriam no mês de agosto, e a sua posição diante do poder, propondo a criação de uma Convenção Nacional Democrática (CND) da qual surgirá um governo provisório, por meio de eleições ou a renúncia do Executivo, assim, a CND resultará em uma nova Constituição e novas eleições (Neto, 2001).

A Declaração traz uma concepção indígenea como referência para a mudança nacional, o “mandar obedecendo” muito visto nas comunidades, a partir da construção das assembleias e tomadas de decisões, cuja as autoridades não exercem o poder sem o intermédio da população que o indicou ao cargo, ou seja, quem é nomeado não possui o poder sobre o povo, e sim o contrário, é ele quem decide os caminhos a serem seguidos e se não forem cumpridos é

destituído por ele (Gennari, 2005). Todavia, esse princípio ao ser ampliado ao cenário nacional ganha maior complexidade, logo, os zapatistas buscam desenvolver etapas para aumentar o envolvimento da população no âmbito político, tendo a consciência de que estarão imersos em um ambiente de expectativas e de visões de mundo opostas e precisará dialogar com elas (Gennari, 2005). Ademais, a luta armada não é abandonada pelo EZLN, e sim, afirmam estar preparados caso a situação exija as suas armas (EZLN, 1994).

Ao dialogarem com a sociedade civil, os zapatistas não deixam de lado a sua dignidade, mas falam através dela, logo, desenvolvem as iniciativas políticas e movimentos que solicitam o seu comprometimento proclamando a sua não rendição e afirmando “O tudo para todos, nada para nós” (EZLN, 1994), direcionando a construção de uma nova realidade a partir de baixo envolvendo os anseios sociais em uma linguagem que aborda o cotidiano rebelde (Gennari, 2005). Logo, a CND inaugura no dia 5 de agosto de 1994 em San Cristóbal de Las Casas e têm fim no dia 9 na cidade de Guadalupe Tepeyac, nesse período há a formação do primeiro *Aguascalientes*, local importante para os diálogos com a sociedade civil (Gennari, 2005). A princípio, a reunião contou com aproximadamente 7 mil pessoas de todo o país, além de jornalistas e observadores internacionais, e em seu discurso inicial o EZLN aponta a sua perspectiva sobre a organização, enxergando-a como uma forma de luta pela democracia, justiça e liberdade por um meio pacífico, e que esse não será o único passo a ser tomado e que o caminho para um México melhor é longo, entretanto, enfatizam que se falharem, os zapatistas não hesitariam em “sustentar com o fogo o direito de todos a um lugar na história” (Le Bot, 1997).

Contrariamente ao desejado, a CND começa a enfrentar tensões internas devido ao partidarismo que se sobressai às formulações de uma via pacífica para reformular a luta democrática (Gennari, 2005). Ademais, posteriormente às eleições presidenciais e as acusações de fraudes, o EZLN manifesta o aumento do cerco militar na região de Chiapas e denuncia a falta de incentivo governamental para uma solução ao conflito de maneira pacífica, e após a posse de Ernesto Zedillo Ponce de León, os zapatistas afirmam não enxergarem esperança para as conversas iniciadas anteriormente (Gennari, 2005). Nesse contexto, no dia 19 de agosto de 1994, o EZLN penetra o cerco militar e insurge em 38 novos municípios chiapanecos, e os declaram rebeldes, assim, iniciam uma ofensiva política denominada de Municípios Autônomos em Rebeldia (Monjardin; Rebolledo Millán, 1999).

2.3 Municípios Autônomos em Rebeldia e os seus impactos

A construção dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) como forma de resistência cotidiana que normalmente é evidenciado por meio de ações anônimas, encobertas e individuais, nas quais estão envolvidas em uma rede de cumplicidades sociais e corrobora para um movimento cultural entrelaçando questões normativas, a simbologia e os valores sobre como constituir a realidade, logo, os pensamentos e ações de resistência estão em constante diálogo (Monjardin; Rebolledo Millán, 1999). Desse modo, James Scott (1985) aborda a necessidade de reconhecimento dos espaços sociais ocultos ao controle das elites, a fim de compreender as insurreições e rupturas que desenvolvem uma cultura popular crítica sobre o poder. Nesse sentido, os Municípios Rebeldes constituem um ambiente de resistência e reconstrução do cotidiano, além de serem considerados instâncias de organização baseados na relação de comunidades indígenas associadas a outras organizações como também aos povoados membros do Movimento Zapatista. Ademais, resistem em silêncio, pois os envolvidos raramente comunicam as características da vida dentro dos municípios, mas se envolvem com a palavra e a memória, se posicionando como protagonistas no processo de construção de uma nova política, além da relação entre os governantes e os governados (Monjardin; Rebolledo Millán, 1999).

Tendo em vista esse cenário, os MAREZ podem ser classificados como uma base social e uma alternativa para a construção das sociedades, onde os recursos e o modo de organização econômica, cultural e política funcionam por meio das decisões pelos representantes do Conselho Municipal Autônomo (Azevedo Cruz, 2016). A partir disso, os esforços comunitários são direcionados para as melhorias na área da educação, saúde, produção de mantimentos e segurança contra as ofensivas do Exército (Gennari, 2005). Vale pontuar que àqueles que ocupam cargos no Conselho não recebem salários, entretanto o seu sustento é auxiliado pelo trabalho comunitários dos habitantes que ajudam nos trabalhos da roça (Gennari, 2002).

Nesse íterim, diversas cidades sofreram mudanças nos limites territoriais, em decorrência das divergências entre as ideias de organização territorial do Estado e a indígena que se baseiam em questões étnicas, históricas, religiosas e suas relações de intercâmbio (Ornelas, 2005). Dessa maneira, o modo de vida nos municípios era regulado pelas Leis Revolucionárias Zapatistas, destacando a Lei Revolucionária das Mulheres, assim, os entraves de convivência são julgados a partir das normas tradicionais referente a etnia (Gennari, 2005). É imprescindível pontuar que os municípios não possuíam caráter separatistas, e sim, são enxergados como um caminho para fortalecer a identidade das comunidades, estimulando o sentimento de pertencimento (Alkmin, 2015):

Os municípios autônomos têm sido o resultado de um grande consenso e acordo entre as comunidades que compõem a região autônoma e que têm apoiado, de uma ou de outra maneira, as nossas organizações. Não cria divisões e nem usurpa funções. Ao contrário, nos une no mesmo esforço de superar a pobreza em que vivemos, é um esforço para unir-nos e construirmos, nós mesmos, nossa alternativa de futuro sem que seja necessária nenhuma forma de dependência. (EZLN, 1998)

Além das mudanças nos limites territoriais, os municípios têm os seus nomes alterados, pois dar nome a algo, é uma forma de lhe dar existência (Rushdie, *apud* Monjardin; Rebolledo Millán, 1999), assim, os zapatistas substituem nomes como San Andrés Larráinzar para San Andrés Sakamch'en dos Pobres, ou resgatam heróis nacionais nomeando-os como Flores Magón, Miguel Hidalgo, Benito Juárez, entre outros (Monjardin; Rebolledo Millán, 1999).

Portanto, os MAREZ são vistos como um exemplo real na construção de uma realidade a partir de baixo, almejando e fortalecendo novas associações, defendendo a vida no interior dos povoados, desenvolvendo um modelo social que conversa com diferentes movimentos e culturas e contesta a ordem existente (Gennari, 2002). Além disso, contribuíram como base para o início dos diálogos com o governo e sociedade civil durante os Diálogos de San Andrés, como também, representaram a entrada para o desenvolvimento de um projeto de reconhecimento da autonomia (Jesus, 2011):

É no interior dos municípios autônomos que as comunidades se organizam para enfrentar uma longa luta de desgaste e de resistência e para fazer a sua palavra sobre a realidade uma arma que educa, desperta novas rebeldias e faz com que o inimigo seja desmascarado e enfraquecido pelos seus próprios atos (Gennari, 2002).

Essa concepção foi efetivada a partir do dia 1º de janeiro de 1995 com a Terceira Declaração da Selva Lacandona. Por meio dela, os zapatistas pontuam novamente as fraudes eleitorais e convocam a sociedade civil com o intuito de desenvolver um Movimento para a Libertação Nacional (ELZN, 1995), no qual lutará em todos os níveis para a efetivação de um governo de transição, uma nova Constituição e para o fim do sistema partidário mexicano, no momento coordenada por Ernesto Zedillo (EZLN, 1995). Cabe ressaltar que esse Movimento seguia as prerrogativas da Convenção Nacional Democrática e têm como finalidade agrupar distintas lutas por meio da busca dos mesmos objetivos (Gennari, 2005), pois afirmavam que se a transição pacífica pudesse ser realizada ela deveria ser concluída por meio de ações concretas, assim colaboram com a sociedade civil na luta para reconstruir o país (Gennari, 2002). Esse cenário evidencia o crescimento do relacionamento dos zapatistas com a sociedade civil e o aumento da confiança em suas atitudes e seu potencial de transformação, apesar de posteriormente afirmarem terem direcionado muitas expectativas e solicitado demasiado a eles (Carrigan, 1995).

Nesse contexto, com o apoio da CONAI o contato entre o governo e os zapatistas reinicia, a princípio, estabelecendo a prolongação do cessar-fogo e o estabelecimento de outros encontros, todavia, no dia 8 de fevereiro os zapatistas são surpreendidos pelo Exército no local marcado para a reunião, acarretando em prisões e avanço das tropas em diversos povoados, suscitando em ondas de protestos organizados pela sociedade civil nacional e internacionalmente, sujeitando o governo a retomar o caminho político (Gennari, 2005). Logo, o Congresso aprova a Lei para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas na qual assegura a imunidade aos membros do Movimento Zapatistas quando estiverem exercendo atividades direcionadas ao diálogo, além disso ocorre o desenvolvimento da Comissão de Concórdia e Pacificação (Cocopa) com o objetivo de ser o intermédio entre as duas partes e contribuir para as mudanças legais fundamentais para os acordos com os zapatistas (Gennari, 2005). Ademais, terá um papel importante no processo de criação dos Acordos de San Andrés no ano seguinte.

3 MOTIVAÇÕES SOCIAIS E A DEFINIÇÃO IDENTITÁRIA ZAPATISTA

Miguel Alberto Bartolomé (2006) aborda a concepção da etnogênese, termo antropológico que engloba diferentes processos sociais associados a grupos étnicos. A abordagem inicial refere-se ao desenvolvimento das coletividades na medida que essas se reconhecem como formações distintas de outros grupos, a partir das divergências sociais, culturais e linguísticas. Todavia, pode-se conceitualizar o termo no contexto de grupos submetidos a relações de dominância e que passam por processos emergentes politicamente e socialmente (Hill, 1996). Desse modo, a etnogênese é vista a partir do dinamismo de grupos étnicos que possuem capacidade de adaptação, sendo um processo de estruturação da diversidade cultural, ou seja, a construção de uma identificação comum preexistente ou vigente (Bartolomé, 2006).

No contexto latino-americano, após as lutas de independência e a construção dos Estados nacionais baseados no panorama europeu, é possível visualizar diversos processos de etnogênese realizados por diferentes agrupamentos, pois o momento histórico destacava a expansão da burguesia crioula nas terras indígenas, acarretando em insurreições que corroboraram nas mudanças na concepção étnica herdada do colonialismo (Bartolomé, 2006). Logo, a definição generalizadora de povos indígenas como Maias, Guaranis, Matacos, entre outros, não são vistas como etnônimos próprios, todavia, essas nomeações são utilizadas pelos indígenas a fim de se definirem como sujeitos coletivos para confrontarem o Estado na busca por melhores condições de vida, visto que há uma possibilidade maior de êxito ao

compartilharem demandas e possuírem um destaque numérico, e assim, desenvolvendo um novo sujeito histórico (Bartolomé, 2000).

Apesar da permanência dos povos nativos como sujeitos agentes da história, pertencentes a sociedades próprias e com um dinamismo além das perspectivas estáticas, a desestruturação da ideia de etnicidade ocorre por meio da objetificação do Estado-nação, ou seja, a tentativa de homogeneização social e cultural, posicionando a diversificação étnica como uma traição a esse processo, assim, surge o “mito da miscigenação” baseado na ideia de uma síntese racial e cultural generalizada por toda a América Latina, principalmente no México (Bartolomé, 2006). Diante desse contexto, a adesão de traços simbólicos e materiais da sociedade ao redor não caracteriza o enfraquecimento da concepção étnica dos grupos, mas sim a sua adaptação ao novo panorama, dessa maneira, as relações das comunidades hodiernamente com as ideias do passado, recuperam aspectos afetivos e traços culturais que são tidos como sinais externos para o seu reconhecimento diante das instâncias que trabalham para a sua extinção (Arruti, 1997):

Talvez mais que de etnogênese, poderíamos falar nesse caso de renascimentos, protagonizados por populações que conseguiram, ou estão conseguindo, recuperar suas magnitudes demográficas. [...] Indubitavelmente, a recuperação demográfica indica que os Povos Originários não são apenas o passado e o presente da América Latina, mas também parte constitutiva de seu futuro. (Bartolomé, 2006)

Nesse ínterim, Roosens (1989), revela que a etnicidade não é imutável ou uma concepção essencial, e sim, está sob constante mudança, podendo ser construída e reconstruída de acordo com as necessidades. Consequentemente, o processo de etnogênese está ligado a obtenção de recursos, mas também a recuperação do sentimento de pertencimento, envolvendo questões de afetividade, ponto importante para compreender as situações extremas que esses grupos passam para defender o seu reconhecimento social (Bartolomé, 2006):

A etnogênese propõe então um novo conteúdo e um sentido étnico, e ético, possível à diferenciação historicamente constituída. Nesses casos, as identificações não se “inventam”, mas se atualizam, embora a atualização não recorra necessariamente a um modelo préhispanico já inexistente. Recupera-se um passado próprio, ou assumido como próprio, a fim de reconstruir um pertencimento comunitário que permita um acesso mais digno ao presente. (Bartolomé, 2006)

Desse modo, a etnicidade não é buscada por meio da originalidade dos aspectos culturais, mas, por meio da capacidade do grupo de construir os significados políticos e sociais que os agrupam na luta para se constituírem como povo (Agier, 2001). Ademais, a etnogênese envolve processos de associação política, e em grupos etnolinguísticos ocorre a organização política interna e externa, a fim de conquistar objetivos definidos, aumentando a visibilidade

dos sujeitos antes ignorados no contexto nacional, trabalhando em uma redefinição positiva às condições do ser indígena (Bartolomé, 2006). Nesse sentido, a concepção do indígena é redefinida e reapropriada pelos próprios, e, portanto, proporciona um auto respeito que lhes faltava (Oliveira, 1998).

Tendo em vista esse panorama, o Movimento Zapatista utiliza da “politização do étnico”, definido por Bartolomé (1999) como uma maneira sintética de manifestação política da etnicidade, ou seja, a cultura conceitua o elemento civilizatório que a define, assim, a etnicidade é vista além da sua identificação em ação, mas também como uma forma de apropriação para atingir fins políticos, a partir da consciência étnica. Os discursos do EZLN possuem um marco político na sua perspectiva de identificação indígena, como a busca pelo reconhecimento do indígena como cidadão mexicano possuidor de direitos (Nigri, 2011).

Nesse sentido, os zapatistas se enxergam como um movimento indígena que não provém de ideais isolacionistas ou separatistas, pois se reconhecem como mexicanos e lutam por esse reconhecimento (Nigri, 2011). Todavia, a sua luta transborda para além das concepções étnicas, por meio de discursos direcionados a diversos setores sociais, majoritariamente, aos grupos excluídos e marginalizados (Nigri, 2011):

Lutamos pelos povos indígenas. Mas não só por eles, mas também pelos camponeses sem terra, pelos trabalhadores rurais, pelos trabalhadores urbanos, pelas mulheres humilhadas, pelos idosos esquecidos, pelas crianças sem futuro, pelos desempregados, pelos professores, pelos estudantes, pelas donas de casa, por todos aqueles cujo presente é a pobreza e cujo futuro é a dignidade. (EZLN, 1994, tradução própria)

O envolvimento de diferentes sujeitos nos discursos zapatistas evidencia uma estratégia na qual o Movimento cativa um maior grupo de pessoas a aderirem às suas bandeiras, conseqüentemente, ao transitarem entre as questões nacionais e étnicas, o Movimento é capaz de conversar com os indígenas, a sociedade civil mexicana e outros movimentos sociais (Nigri, 2011):

De qualquer forma, os zapatistas buscam combinar inequivocamente a identidade comunitária e a nacional, a étnica e a nacional, a indianidade e a mexicanidade. Seu objetivo é traduzir em ações o reconhecimento do caráter multicultural da nação; garantir que membros de minorias étnicas não sejam mais forçados a rejeitar ou abandonar sua identidade para se igualarem a outros mexicanos; extinguir o racismo no país; e superar a barreira simbólica que pesa sobre todas as suas relações sociais, impedindo a expressão da subjetividade dos povos indígenas e também de muitos não indígenas. (Le Bot, 1997, tradução própria)

A superação das barreiras e do racismo são constantemente abordados nos discursos, entretanto, os zapatistas ressignificam essas injustiças históricas transformando-as em um

“pavio” para a sua resistência, dessa maneira, a sua marginalização não é abordada como um termo pejorativo, ou denominações como “apáticos” ou “ignorantes” que eram amplamente usados para caracterizar o “índio” (Nigri, 2011). Nesse ínterim, os zapatistas usam da dor compartilhada como método para a sua organização como grupo e fortalecimento, além de ressignificarem a suas mortes, amplamente banalizadas nos índices oficiais, transformando-as em vida, a fim de enaltecer os sacrifícios dos indígenas que lutaram pelos seus direitos (Nigri, 2011):

(...) Então aquela dor que nos unia nos fez falar, e reconhecemos que havia verdade em nossas palavras, sabíamos que não só dor e tristeza habitam em nossas línguas, sabíamos que há esperança em nossos corações. Falamos para nós mesmos, olhamos para dentro de nós mesmos e olhamos para nossa história: vimos nossos maiores pais sofrerem e lutarem, vimos nossos avós lutarem, vimos nossos pais com a fúria nas mãos, vimos que nem tudo nos havia sido tirado, que tínhamos o que havia de mais valioso, aquilo que nos fazia viver, aquilo que fazia nossos passos se elevarem acima das plantas e dos animais, aquilo que fazia a pedra jazer sob nossos pés, e vimos, irmão, que a dignidade era tudo o que tínhamos. (EZLN, 1994, tradução própria)

O uso dos recursos linguísticos como meio para contrapor os atributos negativos associados aos indígenas são utilizados de forma habilidosa e criativa, aproveitando-se deles e desvinculando-se da imagem de apenas um objeto antropológico, e a partir do levante de 1994, no qual se tornaram um símbolo de dignidade e resistência, produziram novos significados para o “ser indígena” (Nigri, 2011).

Portanto, o Movimento busca o poder de ressignificar a concepção do ser indígena transformando a realidade por meio do desenvolvimento de uma nova representação dela, construindo um “mundo onde caibam muitos mundos” (EZLN, 1996). E, assim, desestruturando o indigenismo mexicano e a tentativa de apagamento cultural.

3.1 Indigenismo mexicano: processo de criação identitária

A construção do nacionalismo se entrelaça a concepção de Barth (*apud* Poutignat; Streiff-Fenart, 1998) ao afirmar que a etnicidade é dinâmica, podendo ser transformada a partir das interações entre diversos grupos sociais, ou por meio da inclusão e exclusão de fronteiras entres esses agrupamentos. Desse modo, as nações nascem, em um contexto moderno, associados a suas bases étnicas, isto é, elas são uma decorrência das mudanças em diversos grupos étnicos (Smith, 1998). Logo, a nacionalidade herda a concepção étnica de uma herança cultural e de um destino compartilhado (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998).

Tendo em vista esse panorama, o desenvolvimento de uma “identidade étnica” relaciona-se com a construção de uma identificação que é inserida no âmbito político, entrelaçada com a memória coletiva, fixando, assim, símbolos que sustentam a crença em uma origem comum (Navarrete, 2004):

“Os traços culturais diferenciadores se formam no curso de uma história comum que a memória coletiva do grupo nunca deixou de transmitir de modo seletivo e de interpretar, transformando determinados fatos e determinados personagens lendários, por meio, de um trabalho do imaginário social, em símbolos significativos da identidade étnica”. (Barth *apud* Poutignat; Streiff-Fenart, 1998)

Nesse contexto, a configuração estatal mexicana perpassa por momentos importantes na sua história, como a Conquista, Colonização, Independência e a Revolução, nas quais participam diferentes atores sociais, destacando diversos protagonistas nesses processos (Bartolomé, 2017). A construção da nação mexicana durante o século XIX, destaca-se pela imposição, majoritariamente, dos crioulos de um emblema identitário único baseado nos seus elementos culturais e sociais, com o objetivo de “integrar” os demais, considerados inferiores e atrasados (Navarrete, 2004). Logo, após a luta de independência, a ideia era que todos fossem vistos como iguais, por meio da implementação de uma cidadania igualitária e universal. Em contrapartida, os meios para efetivá-la eram baseados em uma tentativa de “civilizar” os diferentes grupos étnicos, forçando-os a abandonar seus traços culturais, em outras palavras, era visto como necessário “educá-los” a partir dos valores ocidentais, ou seja, contraditoriamente a ideia propagada, houve a construção de uma política excludente (Amador Gil, 2009)

A Guerra de Independência (1810-1821) teve apoio crucial de inúmeros grupos indígenas aliados à ambos os lados da luta, todavia, a sua participação não significava um papel de destaque nos projetos políticos das elites crioulas, portanto, o cenário pós-independência mexicano foi conquistada à margem desses indígenas, e posteriormente, demonstrou-se ser efetivada contra eles (Bartolomé, 2017). As circunstâncias acarretam no surgimento de movimentos indígenas e camponeses que lutavam contra esse modelo de criação nacional, e em decorrência disso, a Revolução Mexicana abordou essa questão em suas reivindicações, trazendo uma ideologia de mestiçagem, pois após o fim das lutas revolucionárias, os mestiços se tornaram o grupo dominante, e assim, iniciam o processo de definição identitária nacional (Amador Gil, 2009). Consequentemente, diversos grupos indígenas e brancos abandonaram a suas identificações anteriores e assumiram ser mestiços, tratando-se, majoritariamente, de um sistema de “desindianização compulsiva”, desencadeando repressões estatais e efetivando uma estigmatização da questão étnica:

A ideia de unificação de origem se transmite pelo mito do mestiço e a mitologia asteca, em particular, a narrativa e simbolismo da fundação do México. Esta política de integração desenhada pelo Estado foi respaldada por uma série de instituições que passaram a tratar das questões indígenas e a administrar a política indigenista estatal e reforçaram o uso de vários mitos de fundação. [...] A incorporação proposta pela ideologia de mestiçagem manteve o caráter elitista do ideário crioulo do momento da independência. (Amador Gil, 2009)

Dessa maneira, a política de mestiçagem promoveu o aumento do racismo, exploração social e econômica e a opressão política, partindo da ideia que era necessário que os indígenas abandonassem os seus valores culturais para serem considerados cidadãos mexicanos: “O racismo cultural e a discriminação haviam alcançado seu objetivo: a antiga maioria esmagadora agora era minoria” (Bartolomé, 2017). Nesse contexto, foi desenvolvida uma política sistemática a fim de incorporá-los definitivamente a nação, denominada indigenismo, que nutre uma perspectiva direcionada às ações envolvendo os indígenas, porém, baseada em uma visão não indígena (Aguirre Beltrán, 1970).

Os propósitos indigenistas se direcionaram ao desenvolvimento de uma nação monoétnica, enfatizando a necessidade de “civilizar e uniformizar”, destacando que àqueles que não falavam espanhol não era considerado “um dos nossos” (Bartolomé, 2017). Desse modo, durante a década de 40 foi criado o Instituto Nacional Indigenista (INI), com o intuito de “integrar os indígenas à nacionalidade”, se orientando a partir de um indigenismo de incorporação (Bartolomé, 2017), no qual os indígenas eram vistos com respeito por diversos políticos, todavia, ao mesmo tempo, o propósito de ocidentalização não tinha sido abandonado, permanecendo com os seus objetivos de aculturação, resultando em uma realidade contraditória, pois “desejavam o melhor para os indígenas, mas o melhor era que deixassem de sê-lo” (Bartolomé, 2017).

Na década seguinte, surge o indigenismo de integração baseando-se em um discurso antropológico que reivindicava a educação bilíngue e a aceitação de algumas características indígenas que estivessem de acordo com as normas estatais, afirmando que a aculturação e as mudanças culturais eram consideradas sinônimos de desenvolvimento e progresso (Aguirre Beltrán, 1970):

[...] A política indigenista do Estado contribuiu para o assassinato do indígena, que o Estado necessitava do cadáver cultural do índio, para alimentar o mito da unidade nacional e que as instituições indigenistas oficiais não eram mais do que agências permanentes das pompas fúnebres dos indígenas, velas perpétuas do cadáver do índio. (Bartra, 1974)

Em decorrência desse panorama, o “ser indígena” era posicionado como uma maneira obsoleta de ser humano, e que era imprescindível a sua renúncia. Dessa forma, o que era considerado como uma ação civilizatória, ou seja, a alteração cultural induzida, baseada em uma ideia de ocidentalização, é, hodiernamente, reconhecida como uma violação dos seus direitos como seres humanos (Bartolomé, 1996). Consequentemente, as inúmeras críticas a esse modelo, foi construído um indigenismo de participação, concedendo aos indígenas o direito ao voto referente às políticas destinadas à eles, e assim, foi desenvolvido o Conselho Nacional de Povos Indígenas que englobava as diferentes instituições destinadas aos diversos grupos étnicos (Bartolomé, 2017). Em contrapartida aos avanços evidenciados, o projeto neoliberal mexicano, durante a década de 80, acarretou no continuo abandono das abordagens indígenas no âmbito social e cultural, sendo posicionados novamente como um problema regional e econômico ao país, atribuindo a pobreza enfrentada como resultado da sua própria natureza (Bartolomé, 2017):

Apesar da proliferação de discursos reivindicatórios, da aceitação retórica da pluralidade cultural do Estado, da apologia à diversidade, da abertura de certos fóruns para seus protagonistas e da promoção e implementação de políticas públicas nacionais, ser indígena continua sendo sinônimo de carências e pobreza que ainda chegam até a miséria extrema. (Bartolomé, 2017)

A resposta para esse cenário foi o surgimento de movimentos que reivindicavam o pluralismo cultural, associado ao reconhecimento e aceitação de que o México é um país “mais indígena que mestiço” (Amador Gil, 2009). Logo, esses movimentos clamam pela reformulação de todos os âmbitos da vida nacional, além de repelir o pensamento de uma nação imposta pelas elites por meio das políticas indigenistas. Ademais, refutam os meios que impõem a cultura ocidental, e defendem a valorização das identificações étnicas voltadas na defesa de valores de solidariedade, vida comunal e autonomia (Amador Gil, 2009). As comunidades autônomas zapatistas são um excelente exemplo de como a preservar os valores comunitários, e a luta para a sua aceitação em um âmbito nacional, buscando, assim, o direito de escolherem as suas próprias formas de interação e o respeito a suas diferenças culturais (Amador Gil, 2009):

México é um país que constrói sua nacionalidade através do discurso do “índio”, mas que, ao mesmo tempo, praticou sistematicamente o etnocídio. Assim, se o levante zapatista afirma a importância dos povos indígenas no México, o faz, entretanto, sem relegá-los a um passado perdido. O movimento zapatista afirma a contemporaneidade dos povos indígenas e produz uma ruptura com a própria história oficial nacional. (Vos, 1997)

Nesse sentido, em 1992, é realizada uma alteração no artigo 4º na Constituição de 1991, reconhecendo o caráter pluricultural da Nação mexicana (MÉXICO, 1992). Em decorrência

desse fato, em 2001, o EZLN enunciava uma nova reforma direcionada ao direito à livre determinação e um marco constitucional que reconhecesse a autonomia dos diferentes grupos indígenas (Bartolomé, 2017).

3.2 O conceito de autonomia e dignidade nos discursos zapatistas

A seguinte citação de Pitarch (2013): “(...) podemos dizer que as palavras funcionam como seres animados. Os seres humanos não apenas falam, mas são “falados” pelas palavras”, explica o uso da palavra *tzotzil bats’i* que denota a concepção de “originário” ou “verdadeiro”, isto é, ao ser situada de acordo com o contexto linguístico pode ser relacionada aos aspectos da vida dos povos indígenas, além de evidenciar a importância do uso da linguagem pelos zapatistas no conflito (Morel, 2023):

Conhecer a língua é algo muito valioso, pois conhecer a língua é conhecer a história dos povos. Muitos indígenas deixam de falar a língua por conta do racismo, porque dizem que a língua indígena é coisa de gente suja, mas o zapatismo, pelo contrário, dizem os educadores, nos incentiva a fazer esse mergulho, essa redescoberta. Através dos debates coletivos, dos espaços de autonomia, os zapatistas passaram a refletir mais sobre o *bats’i k’op*⁷. A língua nos ensina muito sobre nossa raiz (Maria *apud* Morel, 2023)

A palavra *Ch’ulel* também recebe destaque no contexto de luta zapatista, devido ao seu significado se associar a ideia de “alma, dignidade e espírito”, ou seja, o *ch’ulel* é visto como sagrado, residindo na memória, nas emoções e sentimentos, e é por meio dele que se origina a língua (Pitarch, 1996). Desse modo, aumentar o *ch’ulel* representa o “aprender da vida”, isto é, se encontrar e aprender a respeitar tudo o que existe, sendo uma relação constante com o mundo, podendo combiná-lo com o empenho para a realização dos encontros coletivos, criando uma comunidade (Morel, 2023).

Nesse contexto, o ensino zapatista se afasta da “educação de cima” pois como evidencia Lévi-Strauss (1976), o pensamento ocidental distancia o homem da natureza, desvalorizando a humanidade de acordo com os seus interesses, e, assim, corroborando para a construção do racismo na sociedade:

Nunca como agora, ao cabo dos quatro últimos séculos de sua história, pôde o homem ocidental se dar conta de como, ao se dar o direito de separar radicalmente a humanidade da animalidade, concedendo à primeira tudo aquilo que negava à segunda, ele abria um ciclo maldito e que a mesma fronteira, constantemente recuada, servia-lhe para afastar homens de outros homens, e para reivindicar, em benefício de minorias cada vez mais restritas, o privilégio de um humanismo que já nasceu corrompido, por ter ido buscar no amor próprio seu princípio e seu conceito (Strauss, 1976)

⁷ *Bats’i k’op* se refere a língua falada pelos *tzotzil*, *tzeltales*, *tojolabales* e alguns indígenas da região de Oaxaca.

Contrariando a concepção ocidental, os indígenas enxergam o *ch'ulel* como o caminho pelo qual se orienta vida e a luta, atrelado ao conceito de “caminhar perguntando”, e, para isso a compreensão do mundo é fundamental, e para engrandecê-lo seria imprescindível a autonomia, na qual buscam o *lekil kuxlejal*, ou seja, uma vida digna, pois a ideia de viver com dignidade para o Estado se diferencia daquele compactuado pelos indígenas (Morel, 2023). A dignidade nesse contexto revela um constante movimento contra os entraves existentes, vista como um “grito dos não ouvidos”, isto é, a luta para romper com as definições, separações e estereótipos, logo, os zapatistas buscam: “quebrar o cerco, para transbordar, para se recusar a ser definidos ou para aceitar e transpassar definições” (Holloway, 1997). Para isso, o Movimento utiliza o diálogo como ferramenta para diminuir o seu isolamento geográfico, principalmente, por meio dos diálogos com a sociedade civil e a imprensa, a partir da ideia de que a revolução só será efetiva se for baseada em uma unificação de dignidades, de lutas e da discordância das pessoas de subordinar sua humanidade aos ideais capitalistas (Holloway, 1997):

A dignidade é a experiência viva de que o mundo não é assim, que as coisas não são desse modo. A dignidade é o grito de “aqui estamos!”, o “aqui estamos!” dos povos indígenas esquecidos pela modernização neoliberal. (...) O eco das vozes rebeldes que se converte em uma rede de resistências e pressupõe tanto uma diversidade quanto uma comunidade de experiências. (...) A resposta zapatista está focada na noção de dignidade. A noção de dignidade aponta a natureza contraditória da existência. Estamos humilhados, mas temos a dignidade de lutar contra a humilhação para exercer nossa dignidade. Estamos imersos nos valores capitalistas, mas vivemos um antagonismo diário contra eles. Estamos alienados, mas ainda somos suficientemente humanos para lutar por um mundo desalienado. (Holloway, 1997)

Tendo em vista esse panorama, um dos pontos-chaves da luta zapatista é a democracia plural, na qual é possível a existência simultânea de um sistema representativo e as estruturas indígenas de deliberação política nas comunidades, pois os direitos humanos, no país, foram transformados em direitos individuais, todavia, em uma sociedade pluricultural é fundamental a legitimação e o respeito de diferentes formas de representação indígenas, ou seja, a busca pela sua autonomia (Le Bot, 1997):

Na terminologia jurídica, autonomia é o exercício concreto do direito à livre determinação ou autodeterminação dos povos. Este último, por sua vez, está para as coletividades assim como a liberdade está para o indivíduo, ou seja, é o reconhecimento da personalidade e capacidade de grupos humanos que compartilham características étnicas e culturais comuns em prover sua própria existência. (Bárcenas, 2006)

Nesse sentido, a ideia gira em torno da capacidade das populações definidas a partir de uma perspectiva cultural ou étnica e os seus direitos como um povo a fim de definirem a sua forma de governo dentro do Estado (Baldi, 2000). Essa concepção aborda duas maneiras de livre determinação, primeiramente, a interna, na qual o direito de instituir governos próprios abrange os limites do Estado, inferindo aos indígenas diferentes maneiras de autogoverno, como a regional, municipal e comunal, ademais, a externa, que se refere ao direito de fracionamento e independência de um povo no qual não deseja ser mais pertencente àquele Estado (Bárceñas, 2006). O objetivo zapatista se relaciona com o direito à livre determinação, e consequentemente, a sua elevação jurídica ao status legal de sujeitos coletivos de direito, ou seja, a busca por reconhecimento constitucional como titulares de direitos coletivos, pois, apesar da constituição reconhecer a sua existência como indígenas, ela não lhes concede o direito de titulares (Bárceñas, 2006):

(...) quando os povos indígenas reclamam direitos sobre territórios que ocupam e têm ocupado tradicionalmente se referem à possibilidade de exercer influência e controle sobre o que ocorre nesses espaços, como se faz uso deles e como se dispõe deles; se referem à possibilidade de participar como coletividades nas decisões que afetam esses territórios e os recursos ali existentes. (Bárceñas, 2006)

Portanto, os povos indígenas não desejam a sua separação do território nacional, mas sim, buscam uma colaboração entre os diversos povos que constituem a nação e o respeito à suas liberdades em decidirem seguir os seus próprios valores e cultura, ou seja, “a autonomia dos *pueblos*⁸ indígenas é o reconhecimento do seu direito de decidir sobre suas vidas, sem a imposição de outras culturas; é um passo para a democracia” (Villoro, 1995):

Por isso queremos a autonomia indígena. Não para nos separar do país e acrescentar outra nação pobre às que existem em abundância. Não para voltar a um passado do qual sequer pudemos sair (...) para que as mulheres indígenas não mudem sua condição de marginalizadas pelo fato de ser indígena e ser mulheres, e sim a mudem pela condição de serem mulheres sem importar se são ou não indígenas. Para que deixe de ser crime ser indígena, viver como indígena, pensar como indígena, ter a cor do indígena. Para que a medida do êxito político ou econômico deixe de ser esmagar aquele que é diferente e obrigá-lo a deixar de ser o que é. Não para que todos sejam como nós. Mas para sermos nós, respeitando e sendo respeitados pelo outro que é diferente de nós. (EZLN, 2001)

⁸ Segundo o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho Artigo 1, incisos “b” e “c”, aceito pelo Estado Mexicano, são os “descendentes dos povoadores que habitavam o país na época da conquista ou colonização e do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, qualquer que seja sua situação jurídica, conservam suas próprias instituições sociais, culturais, políticas e econômicas (Moguel, 1996)

Como apontado acima, as mulheres zapatistas são consideradas vozes fundamentais na busca por autonomia, sendo participantes ativas e vistas como base na edificação do cotidiano nas comunidades (Morel, 2023). O desenvolvimento do feminismo dessas mulheres se difere em alguns sentidos da abordagem convencional desse movimento social, pois as zapatistas evidenciam que suas ideias então associadas ao conceito de sujeito coletivo, isto é, a concepção filosófica propõe a construção de igualdade nas práticas políticas e cotidianas sem estar relacionada a uma identificação de sujeitas individuais e independentes (Marcos, 2010). A coletividade nesse cenário se insere na própria visão do “eu”, logo, a ideia se estrutura a partir da concepção de que tudo é idealizado como particular em sua multiplicidade (Marcos, 2010)

Ademais, as mulheres estão presentes nos diferentes níveis do governo autônomo, possuindo sua própria cooperativa, o que corrobora para uma possível independência política e econômica, além de se destacarem numericamente na linha de frente da guerrilha e autodefesa, com destaque para a mais conhecida entre elas, a Comandanta Ramona, uma figura pública importante, sendo a primeira enviada para a Cidade do México como representante do movimento (Stanchev, 2015):

O Subcomandante Marcos afirma que a primeira revolta não foi a de 1994, mas sim a que culminou na Lei Revolucionária das Mulheres em 1993. Diante de um cenário de violência doméstica, discriminação e exploração, essa lei é a expressão da organização das indígenas zapatistas em busca de transformação e foi gerada a partir de um amplo debate comunitário (Morel, 2023)

Outrossim, a educação autônoma também recebe destaque na luta por autonomia, e a reivindicação por uma educação universal e gratuita estava incorporada nas demandas de 1994, sendo uma das bases do Movimento por meio da contribuição e organização da educação a partir de seus próprios mecanismos (Baronnet, 2009). Em contrapartida, as falhas negociações do Estado influenciaram, a partir de 1997, no desenvolvimento por parte do EZLN e de participantes de outras comunidades e apoiadores à causa na construção de escolas autônomas (Morel, 2018). Nesse sentido, é criado os chamados promotores ou *jnikesvany*, palavra tzotzil usada para indicar “a pessoa que move”, ou seja, são os atores que promovem a relação com o conhecimento de acordo com as necessidades que aparecem referente aos alunos e comunidade, em outras palavras, a educação autônoma se versa de acordo com os princípios do movimento (Morel, 2023):

Não há uma profissionalização no sentido em que estamos acostumados, baseada na especialização, mas há promotores, indígenas e camponeses, nomeados em assembleias comunitárias que recebem diversas formações de maneira contínua e são responsáveis por mover determinadas áreas na vida comunitária (Morel, 2023)

Como elucidado anteriormente, o pensamento zapatista busca se distanciar das concepções ocidentais, por meio proposição da construção “a partir de baixo” e a possibilidade da construção de uma outra realidade para eles é abordada no cotidiano, através do apreço pela educação e pela infância (Ibargüen; Guimarães, 2001). Desse modo, os alunos são enxergados como sujeitos de direito na autonomia e possuem a liberdade para participarem das assembleias e das decisões referentes ao sistema educativo (Morel, 2023):

Cada ente de um MAREZ está conectado a assembleias locais e ao movimento zapatista como um todo, já que a prática decisória é constituída por meio destas assembleias. Esta forma de organização refuta a ideia de integracionismo indígena assim como reorganiza a ideia de autonomia, pois, apoiados por outras organizações os zapatistas, alcançaram o sentido de autodeterminação no interior do estado mexicano, possibilitando uma descentralização política (Alkmin, 2017; Batalla, 2005; Díaz-Polanco, 1997)

Nesse contexto, ao englobar a comunidade, a participação direta dos membros desenvolve um espaço de luta contra as práticas excludentes e racistas do sistema-mundo moderno, majoritariamente, do colonialismo interno (Quijano, 2005; Riveira Cusicanqui, 2010). Em outras palavras, trata-se de uma forma distinta de compreender a inclusão social que é sujeita a uma educação nacional que se declara libertadora (Ibargüen; Guimarães, 2001). Dessa forma, as escolas zapatistas compreendem a autonomia como um ponto fundamental para a inclusão, trazendo um verdadeiro ensino bilíngue por exemplo, tendo como idioma principal a língua materna de cada comunidade, ensinando outros idiomas no decorrer do processo (Morel, 2023). Portanto, como aponta Ibarguen e Guimarães (2001): “Não se trata de, sob diversos moldes pedagógicos, integrar a diferença, mas vivê-la em todos os âmbitos”, construindo, assim, o que os zapatistas denominam de “educação verdadeira”.

Figura 03 - Centro Indígena de Capacitação Integral (Cideci)



Fonte: Caroline Albuquerque (2014)

4 SOLIDARIEDADE TRANSNACIONAL

A concepção de solidariedade sofreu diversas mudanças no decorrer dos anos, adequando-se ao panorama social e mundial, assim, cabe pontuar as perspectivas que definem o que chamamos de solidariedade transnacional e como ela corroborou em benefício do Movimento Zapatista. A princípio, destaca-se a definição de solidariedade global, partindo da ideia de uma consciência ampla que entrelaça profundamente povos social, físico e culturalmente distantes, enfatizando as suas semelhanças e respeitando as suas diferenças (Olesen, 2004). Desse modo, a solidariedade abre espaço para a criação de novos vínculos, e a responsabilização pelo outro como um dever ético, deixando evidente que não é um ato apenas de piedade e compaixão, mas sim um princípio que guia a uma possível ação política (Rovira Sancho, 2007). Nesse contexto, a proliferação de intercâmbios “de baixo”, abre caminho para diferentes identificações e formas de ação coletiva que se constroem a partir da sociedade civil, ademais, há a irrupção política “de fora”, ultrapassando fronteiras e rompendo com a territorialidade do Estado (Arditi, 2005; Bringel; Echart; López, 2008). Logo, a rede tecida envolvendo os zapatistas pode ser considerada o exemplo contemporâneo mais evidente dessa solidariedade:

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se perceber que as redes de movimentos sociais, tais como aquela formada a partir da iniciativa dos zapatistas, surgem como contraponto crítico ao processo econômico, político, social e cultural global atual, permitindo conhecer o significado da solidariedade transnacional entre movimentos sociais no âmbito das relações internacionais. A organização de redes solidárias a qual o zapatismo está envolvido, por exemplo, constitui-se em um amplo conjunto de fóruns e articulações variadas que conectam organizações e entidades populares. O desenvolvimento dessas redes é possível graças às interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (transnacional), sobretudo, em um momento em que os movimentos locais e seus líderes têm alargado sua visão cotidiana original e descartado os remanescentes de seu sectarismo restritivo, ramificando-se em várias direções e juntando forças em frentes unificadas de ação. (Scherer-Warren, 1993)

O pensamento em torno do “pensar globalmente e agir localmente” reflete a solidariedade transnacional como uma força motriz capaz de estimular a sociedade civil a dialogar e agir em um cenário internacional como um caminho para solucionar entraves globais, acarretando em possíveis agendas internacionais a fim de impulsionar mudanças nos Estados (Mello, 2004). Ou seja, os processos transnacionais concernem a tudo o que ocorre fora das fronteiras nacionais, sem que signifique um rompimento com a nação de origem (Ruben, 1993):

O espaço da transnacionalidade só pode ser percebido por metáforas como a de uma "malha" ou "rede". É nesse espaço que a rede de movimentos sociais se encontra e é a partir dele que se torna possível ligar o interior ao exterior ou perceber o entrelaçamento entre o global, regional e o local, como se as demandas dos diversos movimentos representassem uma única aspiração. A solidariedade transnacional é um fenômeno que ocorre nas novas formas de mobilização e resistência dos movimentos sociais e está relacionado, principalmente, com a ação comunicativa estabelecida pelos atores sociais, pois é por meio da utilização dos mesmos códigos de comunicação que eles expressam a sua reflexão e seu aprendizado do mundo social. (Mello, 2004)

A partir disso, os atores sociais internacionalmente interagem dependendo do conhecimento compartilhado, logo, estão sujeitos ao coletivo, e essa intersubjetividade se relaciona com o pensamento dos atores que estão em um mesmo ambiente comunicativo, criando, assim, um conjunto de valores, responsabilidades e confiança mútua, formando a concepção de “nós” (Mello, 2004). Consequentemente, os interesses desses sujeitos levam em consideração suas definições de mundo social, pois cada um possui o seu próprio juízo da realidade social (Hasenclever; Mayer; Rittberger, 1997). Em decorrência disso, as interações dentro de uma rede abrem caminhos para a circulação de valores e ideias, facilitando a cooperação e servindo de base para a definição de soluções aos problemas coletivos, assim, a solidariedade é percebida como o principal alicerce de cooperação entre atores que não possuem as vantagens decisórias nas relações internacionais (Mello, 2004). Portanto, a formação das redes solidárias cria um novo panorama de ação, no qual os atores articulam novas formas de agir e estabelecer decisões em um âmbito internacional (Mello, 2004):

A palavra solidariedade, entre vários significados, transmite a ideia de laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes, adesão ou apoio à causa, empresa, princípio etc. De outrem, sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação, ou da própria humanidade, ou ainda relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro (s). (Ferreira, 1999)

Tendo em vista essa questão, o ideal propagado de um “mundo onde caibam muitos mundos” transcende a particularidade indígena e transborda para o cenário internacional, transformando o particular em universal, por meio da perspectiva de criação de uma alternativa à globalização, assim, os zapatistas abrem a sua luta para o exterior e para diversos setores da solidariedade (Olesen, 2004). Desse modo, a sensibilidade necessária para reconhecer no outro os seus sofrimentos e conhecimentos é favorecida pela impulsão tecnológica nos âmbitos de transmissão de dados e facilitação da comunicação, pois, assim, ocorre a redução das distâncias entre diferentes panoramas sociais, expandindo o acesso a informações e mídias (Devin, 2016). Para isso, o EZLN articulou o desenvolvimento de eventos globais e espaços para a comunicação, principalmente pelo uso da Internet (Olesen, 2004). Nesse ínterim, o zapatismo

se concentra em uma solidariedade voltada para a ação, servindo como inspiração e não somente um objeto destinado à solidariedade (Olesen, 2004). Entretanto, cabe pontuar que os zapatistas possuem a consciência da contribuição das formas tradicionais das redes solidárias, como a material e a de direitos, mediante a diferentes projetos de infraestrutura e construção de escolas destinados a Chiapas, além da presença de viajantes, acadêmicos e defensores dos direitos humanos, evidenciando a simultaneidade de uma rede solidária na qual engloba o material, o direito e o global (Olesen, 2004).

Nesse sentido, os movimentos sociais exigem uma comunicação para funcionar de modo efetivo, destacando o uso das informações como ferramenta política, dessa maneira, o Movimento Zapatista usufrui dessa estratégia, sendo reconhecido por Castells (1999) como o “primeiro movimento guerrilheiro informacional”, estruturado a partir da utilização das mídias como suas “armas”, pois de acordo com o Subcomandante Marcos era imprescindível a possibilidade de divulgarem os seus ideias por meio de suas próprias vozes, contrapondo-se com as informações de outros canais de comunicação (Castells, 1999). Consequentemente, com a constante exposição dos acontecimentos em Chiapas, os zapatistas conseguem abrir caminho para o diálogo com o governo mexicano com o apoio da opinião pública nacional e internacional (Castells, 1999). Além disso, a importância da constância na comunicação com diferentes setores da rede de solidariedade conduz a reflexão das demandas zapatistas para outros países: “O zapatismo é como um aviso, uma lembrança, um espelho para que os outros se vejam. Essa é a visão, dentro do gorro passa-montanhas” (Oliveira, 2002).

Ao citar o *pasamontañas*, Oliveira (2002) retoma aos discursos do EZLN que remetem ao seu uso e suas diferentes interpretações, sendo a principal referente a tentativa de esconder a identidade dos membros do governo mexicano, todavia, há uma ideia propagada pelo próprio EZLN que qualquer pessoa pode identificar-se como zapatista, em qualquer lugar do mundo, podendo se manifestar como se fosse um deles, apenas pelo fato de utilizar o *pasamontañas*:

De acordo com o EZLN, a luta por direitos não precisa ser com uma arma: “pode ser com um microfone de rádio, com uma caneta, com um papel, com uma câmera fotográfica”. Enfim, o símbolo do “gorro passa-montanhas” sugere que problemas comuns, sendo identificados em outras partes, podem criar frequências de comunicação entre indivíduos que estejam dispostos a superá-los juntos” (Molina, 2000 *apud* Mello, 2004)

Portanto, a solidariedade transnacional que envolve o Movimento Zapatista se estrutura por meio da participação de grupos de diferentes localidades, desenvolvida a partir do intercâmbio de ideias e da produção de estratégias coletivas, discutidas em encontros

intercontinentais, brigadas de observadores localizadas em Chiapas e na efetivação de plebiscitos envolvendo a sociedade civil e o futuro do Movimento (Mello, 2004).

4.1 Os meios de comunicação e o ciberativismo

Os meios de comunicação e o envolvimento de jornalistas na rebelião de 1994, são pontos de destaque na ascensão dos zapatistas no cenário internacional, estimulando o apoio de ONGS e o interesse de ativistas mundialmente (Rovira Sancho, 2007). Durante as primeiras horas do levante armado, as notícias do acontecimento foram divulgadas por fax e telefone para diversas cidades chiapanecas (Bisco Junior, 2007). O jornal *La Jornada* foi o primeiro a publicar a Declaração da Selva Lacandona, e associado aos simpatizantes do movimento, os comunicados do EZLN foram inseridos nos endereços eletrônicos de milhares de pessoas (Bisco Junior, 2007). A partir dos desdobramentos já citados no Capítulo 1, o Movimento percebe a importância do envolvimento da sociedade civil e da mídia como aliados, e a difusão da luta se deu devido aos seus simpatizantes, principalmente via Internet que traduziam em diferentes línguas os seus discursos e as notícias sobre como se sucedida o levante, tornando-se uma ferramenta útil para o deslocamento do EZLN do confronto armado para o início dos diálogos (Hilsenbeck Filho, 2007).

Nesse contexto, a Internet se destaca por ser uma infraestrutura tecnológica que possibilita a mediação de comunicações através do espaço e do tempo, ou seja, os indivíduos presentes em uma complexidade social são posicionados em redes de interdependência (Demo, 2002). Dessa maneira, a Internet permite interações que transcendem fronteiras, com o objetivo de compartilhar interesses comuns em um âmbito global (Maia, 2002):

A circulação de informações sobre o conflito chiapaneco e a presença dos comunicados zapatistas nas redes eletrônicas como a internet são um dos exemplos recentes mais bem sucedidos do uso das comunicações via computador por movimentos sociais. Impulsionando as redes de apoio e solidariedade ao movimento - dentro e fora do México - essa estratégia possibilitou uma discussão em nível mundial sobre a realidade das comunidades indígenas e camponesas sobre os efeitos das políticas neoliberais no campo social, sobre as implicações da revolta zapatista e muitas outras questões atuais de grande importância. (Bisco Junior, 2007)

Consequentemente, associando as formas tradicionais de comunicação dos indígenas com a tecnologia, o Movimento soube romper a bolha informativa que os cercava, assim, mensageiros do EZLN cruzavam florestas e montanhas com os comunicados em mãos escritos

pelo CCRI⁹ e por Marcos, driblando os postos de controle do exército nacional (Bisco Junior, 2007). Além disso, vale destacar o primeiro site destinado a divulgação das notícias de Chiapas, criado pelo estudante Justin Paulson da Universidade da Pensilvânia usando o slogan *Ya Basta!* assim como a página Congresso Nacional Indígena (CNI) que coordenava as ações solidárias destinada ao Movimento (Bisco Junior, 2007). Ademais, outro site de destaque era *Red de Solidaridad con Chiapas*, criada por argentinos que realizavam reuniões e divulgavam informações, além do *Enlace Zapatistas* que publicava, majoritariamente, os comunicados. A partir desse panorama, a proliferação dos desdobramentos envolvendo o Movimento e o Estado do México, desencadearam, em Berlim, na ocupação do Consulado Mexicano, por grupos de manifestantes que pediam ao governo mexicano a cessação do enfrentamento armado e dos bombardeios nas comunidades, ato que se propagou para outros países europeus, como também para o Estados Unidos (Rovira Sancho, 2007):

A Liga das Nações Indígenas Soberanas do hemisfério ocidental, o Conselho Internacional do Tratado Indígena e o Centro de Washington pela Paz marcharam em frente à embaixada do México na capital dos Estados Unidos, exigindo o fim da “perseguição militar ao EZLN”. Enquanto isso, o partido espanhol Esquerda Unida exigiu o fim da repressão e uma solução política. A Rede de Ação do Canadá realizou uma vigília na embaixada do México em Ottawa (...) enquanto isso, em Madri, o Comitê em Solidariedade com os Povos Indígenas Mexicanos realizou uma marcha para exigir o fim das hostilidades (...). De Londres, a Anistia Internacional condenou os bombardeios do exército federal contra as comunidades indígenas, enquanto na Espanha, a comunidade de intelectuais, artistas e escritores consideraram necessária uma solução política para o conflito. O Centro de Direitos Constitucionais, sediado em Manhattan, Estados Unidos, denunciou execuções e bombardeios contra povos indígenas. (Muñoz, 2003)

Na América do Sul, o Parlamento Indígena da América, reunido na Nicarágua, anunciou que um grupo de líderes de diferentes movimentos indígenas da região e de outros continentes dariam início em diversas capitais a uma “ofensiva de paz”, buscando reverberar a iniciativa à Chiapas, objetivando mediar a luta (Rovira Sancho, 2007). Além disso, a ressonância do Movimento atingiu o círculo intelectual europeu e latinoamericano, recebendo apoio, por exemplo, de Noam Chomsky, Manuel Vázquez Montalbán, José Saramago, Eduardo Galeano e Alain Touraine (Rovira Sancho, 2009).

Tendo em vista esse panorama e a importância do uso da Internet como meio de propagar a luta zapatista e a cultura indígena, o próprio EZLN cria a Rádio Insurgente, em 2003, inicialmente divulgada pelo canal Chiapas do *Indymedia*, transmitindo músicas tradicionais mexicanas interpretadas pelos zapatistas, mas também se ouvia as declarações dos

⁹ Comitê Clandestino Revolucionário Indígena: é o órgão que reúne os representantes dos comitês de base das comunidades zapatistas

comandantes, e, a partir de 2004, a rádio ganha um site (Bisco Junior, 2007). Nesse sentido, nota-se que a música é um ponto importante nesse contexto, pois é por meio dela que diversos artistas divulgaram o Movimento Zapatista mundialmente e prestaram o seu apoio, exemplificando, o Primeiro Festival de Rock pela Paz e pela Tolerância realizado no dia 28 de fevereiro de 1995 que contou com diferentes bandas nacionais, como o *Los de Abajo* e *Los Caifanes* (Rovira Sancho, 2007):

Foi uma demonstração de força renovada e poderosa da juventude. Foi uma resposta festiva e luminosa às macabras mobilizações militares de 9 de fevereiro e também à ridícula proibição de grandes concertos ao ar livre pelo inusitado governador da Cidade do México. Quase 15.000 jovens compareceram ao concerto, que resultou em uma onda de violência e, em troca, na arrecadação de vários milhares de pesos e toneladas de alimentos para apoiar as comunidades indígenas devastadas pelo Exército Mexicano. (Anaya, 1999, tradução própria)

Vale pontuar que grupos e bandas internacionais também tiveram uma contribuição importante para o Movimento, como *Rage Against the Machine*, principalmente o vocalista Zack De La Rocha, que visitou recorrentemente Chiapas, possibilitando a composição de músicas de cunho político, evidenciando seus testemunhos a partir de uma perspectiva de inspiração, indignação e luta: “Toda essa bagagem e experiência que tive em Chiapas me inspiraram a escrever as músicas *Wind Below and Without a Face* do nosso segundo álbum *Evil Empire* nos Estados Unidos” (Zack, 1998 *apud* Rovira Sancho, 2007, tradução nossa). Nesse ínterim, a entrada de visitantes de diversas localidades era um acontecimento constante nas comunidades, principalmente, devido às habilidades zapatistas de englobar nas negociações com o governo, a imprensa, as organizações sociais e intelectuais mundiais: “Nos seus primeiros anos, o zapatismo construiu um espaço amplo em que cada um pudesse encontrar sua forma de participar, como conselheiro, jornalista, como serviço de segurança popular nos cordões humanos pela paz que rodeavam as sedes dos diálogos” (Rovira Sancho, 2007). Desse modo, houve um aumento do fluxo de pessoas após uma ofensiva militar no mês de fevereiro em 1995, resultando na instalação de acampamentos civis pela paz organizados pelo Centro de Direitos Humanos Frei Bartolomé nas comunidades mais afetadas, em decorrência disso, o EZLN juntamente com o Enlace Civil¹⁰ convidou observadores internacionais para visitarem as comunidades (Rovira Sancho, 2007).

Após essa mobilização, o Governo deu início ao controle das entradas de estrangeiros no país, impedindo o acesso às comunidades, além da exigência de vistos especiais e a permanência de postos de controle de imigração, desencadeando em 144 deportações baseadas

¹⁰ ONG criada pelas comunidades rebeldes

no art. 33 da Constituição Mexicana: “Os estrangeiros não poderão, de nenhuma maneira, interferir nos assuntos políticos do país, o estrangeiro não tem direito de audiência para defender-se” (México, 1916), consequentemente, essa situação resultou em conferências jornalísticas nos países de origem dos observadores, com o intuito de pressionar à uma ação política (Rovira Sancho, 2007).

Cabe ressaltar que a rede de solidariedade estimulou uma cadeia de ações e manifestações após o Massacre de Acteal, quando um grupo paramilitar invadiu a comunidade no município de Chenalhó no dia 22 de dezembro de 1997, o que resultou em 45 mortes, sendo a maioria crianças e mulheres (Rovira Sancho, 2007). Em decorrência disso, por meio das redes o governo mexicano recebeu inúmeras críticas da opinião mundial, como também de instituições e governos, e durante um mês foram realizados 240 protestos em 22 países, incluindo o Japão, Canadá, Estados Unidos, Espanha, Itália, Suíça, Holanda, Noruega, entre outros (Rovira Sancho, 2007). Desse modo, percebe-se a atuação simultânea do zapatismo civil e o do zapatismo transnacional.

Tendo em vista esses acontecimentos, a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI) publicou um “chamado urgente para acabar com a guerra” solicitando a presença da sociedade civil mexicana e internacional (CONAI, 1995). Como resultado, adentraram nas comunidades diversas ONGS internacionais, jornalistas, caravanas contendo observadores dos direitos humanos que divulgavam pelas redes de informação a situação de urgência humanitária (Rovira Sancho, 2007). A resposta governamental foi a deportação massiva de estrangeiros, baseadas em uma vertente legal, anunciada pelo então presidente Ernesto Zedillo:

É inaceitável que o conflito em Chiapas seja usado para fins políticos que nada tem a ver com a abordagem das causas subjacentes do conflito e dos descontentamentos justificados da comunidade indígena. Para os mexicanos e o governo federal, é inaceitável que existam pessoas que violam nossas leis e que estejam diretamente envolvidas no conflito de Chiapas, mesmo que usem razões humanitárias como pretexto para isso. (...) Muitos dos que espreitam no exterior não o fazem para ajudar a resolver o conflito, mas para usá-lo como bandeira; sairiam melhor se trabalhassem em seus próprios países para reparar as injustiças deixadas pelo autoritarismo e pela exclusão de seus ancestrais (Venegas, 1998, tradução própria)

As restrições legais eram entrelaçadas com campanhas midiáticas que propagavam hostilidade aos estrangeiros que se dirigiam a Chiapas, além de salientar a infração de sua soberania devido às pressões exercidas pelas instituições mundiais (Rovira Sancho, 2007). Essas alegações afirmando que a solidariedade internacional abalou a soberania mexicana foi rebatida pela CONAI: “O que a CONAI fez foi apoiar a colaboração internacional na solidariedade e na defesa dos direitos humanos, no marco dos tratados, pactos, convênios,

protocolos e convenções de direito internacional que o Estado mexicano assinou e ratificou” (CONAI, 1998, tradução própria).

Nesse contexto, é importante salientar que a comunicação do EZLN com a rede solidária não ocorre somente em pronunciamentos ou com diálogos online, mas também por meio da organização de eventos e atos públicos contando com a presença de milhares de pessoas e instituições de apoio (Mello, 2004). Cabe destacar a caravana organizada em 2001, denominada Zapatour que percorreu 12 estados mexicanos a fim de espalhar as reivindicações indígenas à sociedade civil e ao governo, contando com estudantes, camponeses e militantes que se uniam no caminho e auxiliam na sua escolta, finalizando-a na Cidade do México, mais precisamente em *El Zócalo*, reunindo mais de 300 mil pessoas que ouviam em silêncio as palavras do Subcomandante Marcos (Bisco Junior, 2007).

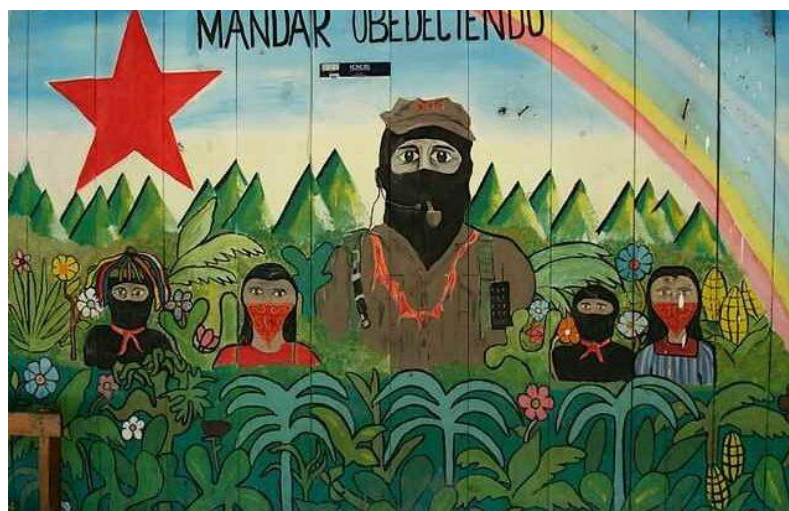
Figura 04 - Subcomandante Marcos discursando em El Zócalo



Fonte: Hernández Navarro, Luis. (2021)

O evento com maior destaque organizado pelos zapatista ocorreu em abril de 1996, no qual o EZLN reuniu diferentes movimentos mundialmente e convocou o Primeiro Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizada em *La Realidad*, em Chiapas, contando com a presença de 5 mil pessoas de 42 países (Gennari, 2005). O intuito do Encontro era criar uma rede de resistências ao redor do mundo, na qual os movimentos poderiam se apoiar (Mello, 2004). Ao final do evento, o EZLN sugere a construção de uma “rede intercontinental de resistência pela humanidade”, na qual reconhece as diferenças e respeita as semelhanças das diversas resistências mundiais: “Esta rede intercontinental de resistência não é uma estrutura organizativa, não tem centro de direção nem de decisão, não tem comando central nem hierarquias. A rede somos todos nós que resistimos” (Gennari, 2005):

Figura 05 - Estrela de cinco pontas: símbolo do EZLN



Fonte: Servind (2021)

Posteriormente, no dia 25 de julho de 1997, ocorre o Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo sediado em Madri, Catalunha, Aragão e Andaluzia, na Espanha. E, um ano depois é organizado o Terceiro Encontro na cidade do Pará, no Brasil (Rovira Sancho, 2007). Portanto, esses eventos contribuíram para a construção de “brigadas” em diferentes continentes, e, assim, as organizações e os indivíduos participantes compartilhavam as suas ideias e reivindicações, e perguntavam sobre como poderiam contribuir para o Movimento Zapatistas, exemplificando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Plataforma de Solidariedade com Chiapas de Madri e o *Irish Mexico Group* (Mello, 2004):

O grupo irlandês, além de ter um importante canal para facilitar o fluxo de informações, esteve presente em momentos decisivos para o EZLN. O grupo participou ativamente da consulta internacional realizada pelo zapatismo em 1999, realizando mesas de discussão pela Europa e convocando as pessoas a responderem às questões levantadas pelos zapatistas. [...] Outro comitê de participação ativa no Segundo Encontro Intercontinental foi a Plataforma de *Solidariedad en Chiapas de Madrid*. O grupo surgiu em 1994, depois do levante zapatista, e tem como objetivo difundir e promover o debate sobre o projeto político e social zaptista, apoiar ativamente o EZLN e construir uma ponte para o sul mexicano para abarcar outros estados e países da América Latina, como a Guatemala. (Mello, 2004)

Desse modo, o contato constante com as organizações é imprescindível, e mesmo afirmando que cada movimento deve manter a sua estrutura, os zapatistas afirmam que unificar as reivindicações e bandeiras é necessário, pois, dessa forma, permitirá o desenvolvimento de uma organização capaz de efetivar as demandas por vias, preferencialmente, pacíficas e civis

(Molina, 2000). Logo, por intermédio das redes de solidariedade transnacional, o Movimento Zapatista conseguiu difundir a realidade dos indígenas, camponeses e outros grupos marginalizados de Chiapas, catalisando os meios de comunicação nos setores periféricos da sociedade, e agiram como interlocutores ativos dos entraves nacionais e internacionais (Mello, 2004).

4.2 Subcomandante Marcos: o Velho Antônio e Don Durito

Os comunicados escritos e divulgados pelos zapatistas são, em sua grande maioria, cartas datadas e endereçadas ao povo mexicano, a um partido, crianças, mulheres, representantes políticos, entre outros (Vitali, 2014). A preferência pelo gênero epistolar corrobora para o desenvolvimento de diálogos entre os zapatistas e os seus leitores, possibilitando uma troca de opiniões e dando continuidade à construção comunicativa (Vitali, 2014). Para isso, todos os comunicados devem ser aprovados pelo órgão responsável pela voz do Movimento, sendo este o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, formado, principalmente, por indígenas chiapanecos, criado em 1992 (Vitali, 2014).

Nesse contexto, a enunciação da voz zapatista pode ser realizada também pelo seus porta-vozes, com destaque para o comandante Moisés e Tacho, as comandantes Ramona e Ana Maria, e principalmente, para o Subcomandante Marcos, sendo este o mais conhecido no cenário nacional e internacional (Vitali, 2014). O próprio CCRI dá a Marcos um cargo de importância no processo discursivo e enuncia que só aceitariam os documentos que fossem aprovados por eles e pelo subcomandante (EZLN, 1994). Todavia, vale ressaltar que o EZLN possui diversas tentativas de despersonalizar a imagem do Movimento apenas à Marcos (Hilsenbeck Filho, 2007): “[...] Assim, do ponto de vista dos zapatistas, o subcomandante Marcos não é uma pessoa específica, mas um ícone, um porta-voz, sem identidade pessoal, dos povos zapatistas (Silveira, 2018).

Armando Bartra (1998) em seu livro *Relatos de el Viejo Antonio: subcomandante insurgente Marcos*, narra um mito tzotzil sobre um livro que personificava a palavra indígena e que foi roubado por um mestiço que se declarava um conhecedor da sabedoria, e por isso reivindicava-o. A analogia feita por Bartra mostra o esquecimento histórico das comunidades, a partir do “roubo de suas palavras”, e que só foram recuperadas novamente em 1994, por outro mestiço chamado Marcos: “O trabalho de Marcos significa uma tradução de elementos concernentes a mundos distintos, às vezes tão difíceis de serem compreendidos por seus receptores (Bartra, 1998):

[...] Assim também são as diversas criações de personagens literários nos comunicados escritos por Marcos, que têm por propósito a decodificação de uma determinada linguagem e uma determinada realidade para outra. Tal fato não apenas resgata aspectos da cultura secular de resistência indígena, mas, principalmente, auxiliam na compreensão das táticas e estratégias desenvolvidas pelos zapatistas na condução de suas lutas, o que possibilita a publicização de sua política, e ainda realiza algo como uma ponte em que se encontram dois mundos - o ocidental e o indígena -, bastante diferentes em muitos aspectos, mas bastante iguais na exploração e miséria impostas pelo capital. (Hilsenbeck Filho, 2007)

Desse modo, a cosmologia indígena é um mecanismo explorado recorrentemente nas produções de Marcos, proporcionando um conhecimento das informações e histórias que provém do imaginário indígena, principalmente pelo uso dos mitos (Vitali, 2014). Os mitos, de acordo com Lévi-Strauss (1978) assumem diferentes funções a serem utilizados pelas comunidades indígenas, a fim de transmitir os seus conhecimentos as próximas gerações partindo de um passado remoto, mas que se baseia no presente, ou, também, como mecanismo de legitimação de suas reivindicações políticas, caracterizando-as como cosmologias políticas:

A metáfora construída a partir da utilização de elementos da natureza é um recurso constante na escrita de Marcos. Elementos tais como a montanha, a noite, os rios, as estrelas, o sol e a lua são, por vezes, utilizados nos contos e histórias narrados pelo ancião. Além de um recurso do autor para explicar determinadas situações, esses elementos também estão presentes na visão de mundo indígena, nas cosmologias indígenas. Intensificar a ideia de ligação e pertencimento dos grupos indígenas em relação à natureza circundante é possibilitar a crença de que ambos participam da constituição dos cosmos, ou seja, que estão inseridos em um único mundo em pleno desenvolvimento. (Vitali, 2014)

Tendo em vista esse panorama, a utilização de uma linguagem entrelaçada com a tradição, objetiva estimular a autoestima indígena e a legitimação do Movimento por meio da estruturação de uma cultura política e a reivindicação da historicidade mexicana (Rubim, 2002). E, é através dessa pluralidade discursiva que os zapatistas adotam em seus comunicados as poesias, lendas e os mitos, usando-os para a compreensão de seus ideais: “Uma das características do discurso do EZLN está justamente na diversidade de suas origens, está em sua heterogeneidade, em seus diversos referenciais” (Peña Martinez, 2004):

A produção literária e discursiva como prática social e integrada às estruturas que a produziram exerce papel fundamental na transformação ou manutenção das representações elaboradas, assim como nas relações de identidades entre os sujeitos e na sociedade. É também a partir dos textos que as lutas de representações são construídas e elaboradas cotidianamente e levam seus enunciadores a firmar seus papéis políticos e se posicionar. (Pinto, 2002)

Nesse ínterim, no dia 28/05/1994, Marcos divulga o seu primeiro conto sobre o Velho Antônio, um ancião indígena que apresenta aos leitores “as estórias de quando o mundo não existia, quando o tempo não transcorria e os deuses bailavam e, aos poucos, iam construindo o futuro” (Nascimento, 2003). O personagem possui uma relação íntima com a natureza, chegando durante a noite, com a chuva, com o vento e por meio destes aspectos, ele ouve as vozes dos deuses, e suas histórias são contadas ao redor de uma fogueira, enquanto Marcos fuma um cachimbo e ele um cigarro (Nascimento, 2003). Logo, o Velho Antônio é visto como um tutor para Marcos: “a pessoa responsável pela sua “indianização”, pelo seu amadurecimento na floresta, não como militante político ou guerrilheiro, e sim como uma pessoa” (Gennari, 2002). Dessa maneira, o personagem é uma figura humana que retrata a permanência do passado como auxiliar do presente:

Logo, o passado e presente se mesclam, se pertencem, entrecruzam, como os deuses Ik'al e Votán, os primeiros, os que fizeram o mundo, aqueles que precederam os sete deuses dos quais o velho Antônio fala. Diz a lenda que os dois deuses eram opostos e, ao mesmo tempo, eram o mesmo, uma dualidade criadora, eram a noite e o dia e que ensinaram os homens a caminhar questionando-se, sem nunca parar. Para tanto era necessário nunca chegar, nunca partir, sempre perguntar até descobrir para onde vai a estrada. É por isso que o velho Antônio presenteia Marcos com uma foto do General Emiliano Zapata onde o antes e o depois estão entrelaçados. (Nascimento, 2003)

Cabe pontuar a sabedoria dos antigos narrada pela voz do velho Antônio, e que ensina aos zapatistas o ato de esperar pelo diálogo o tempo que precisar, mesmo se for necessário escolher o silêncio, assim como os deuses fizeram: “pois não podiam dançar, não conseguiam se concentrar porque havia muito ruído, então eles buscaram o silêncio dentro deles mesmo e aí se encontraram” (Nascimento, 2003). A partir disso, os zapatistas são ensinados a aprender com o silêncio, e quando os comunicados cessam, é para refletirem e não por serem intimidados pelos meios governamentais (Nascimento, 2003).

Outro personagem importante na literatura zapatista é um besouro falante chamado Don Durito, no qual Marcos conversa sobre questões econômicas e políticas (Hilsenbeck Filho, 2007). Durito é um besouro de brinquedo que é acompanhado pelo seu “cavalo”, uma tartaruga chamada Pégaso, e se denomina herdeiro de Don Quixote, e por meio das suas histórias rompe com a imagem de revolucionário sério (Bisco Junior, 2007):

Mais só que inseto e personagem, é também humano, pois encarna as ambições, os ideais, a ironia e também a prepotência, o mal-humor e até mesmo os “estrelismos” dos seres humanos. E, aind por cima, é um revolucionário mexicano, anti-liberal por excelência e herdeiro de uma tradição reolucionária como sabe bem os mexicanos. (Nascimento, 2003)

A caracterização de Durito envolve não ser totalmente confiável, pois furta a comida e os cadarços de Marcos, aparece sempre pedindo fumo para “pitar”, além de ser arrogante e mentiroso, impondo as suas vontades e insultando o subcomandante (Nascimento, 2003). Logo, o personagem se distancia do ideal de um revolucionário moderno, se aproximando de um cavaleiro na “contramão” da história, sendo considerado inimigo pelos defensores do neoliberalismo (Nascimento, 2003). Dessa forma, por meio dos diálogos com Marcos, Durito evidencia as suas opiniões sobre o neoliberalismo, vendo-o como a própria crise que se tornou doutrina e teoria (EZLN, 1995, tradução própria).

Tendo em vista esse cenário, cabe destacar a indumentária de Durito, no qual veste uma noz como capacete, usa uma tampa de frasco para se defender e um raminho como a sua “excalibur”, como também possui uma lança de clipe de papel, e, assim, está vestido para rumar até a capital nacional (Nascimento, 2003). Além disso, Pégaso possui uma personalidade ligada às forças naturais sendo: “veloz como um relâmpago em agosto, silencioso como o vento de março e dócil como a chuva em setembro” (EZLN, 1995):

Durito exagera: fala demais, diz que escreve demais, conta histórias demais, joga com as palavras, brinca com elas, mas por isso mesmo, respeita-as. Como cavaleiro andante, luta por causas perdidas, embora ele não concorde que sejam perdidas. Causas difíceis talvez, perdidas não, porque a tradição não pode ser perdida frente a uma forma de pensar o mundo - neoliberal - que, segundo ele, nem uma teoria coerente consegue ter. O projeto, cada qual a seu modo. Durito abre a possibilidade da junção de dois ícones importantes na História Latino-americana: o índio que luta para preservar seu modo de viver e de sentir o mundo, que ainda enfrenta o conquistador estrangeiro, e o revolucionário de esquerda que teve em Ernesto “Che” Guevara seu ápice, só que ambos se fundem em um novo contexto. (Nascimento, 2003)

Figura 06 - Representação do Don Durito



Fonte: Chiapas Support Committee (2013)

Portanto, é por intermédio desses personagens que o Movimento consegue permanecer no imaginário dos leitores, e devido a criatividade de Marcos a apropriação destas imagens ocorrem com maior frequência pela sociedade mexicana (Bisco Junior, 2007). E, ao transmitir as dificuldades da luta não apenas como uma maneira de lamentação, o subcomandante estimula a simpatia das pessoas pela causa zapatista, por meio dos ensinamentos culturais indígenas abordadas pelas suas histórias, estimulando o sentimento de que a realidade pode ser alterada (Bisco Junior, 2007). Desse modo, os zapatistas não deixam morrer as tradições dos povos maias, além de propagarem o amor à palavra e o respeito a essas tradições (Nascimento, 2003): “A evocação das imagens é também um importante recurso das sociedades indígenas da tradição oral, da fala à beira da fogueira a devolver a vida aos deuses e aos ancestrais, lembrando que a comunidade constitui um elo não apenas geográfico, mas temporal” (Nascimento, 2003).

4.3 Acordos de San Andrés e a criação dos Caracóis

A divulgação da luta zapatista através de seus comunicados e declarações, tanto por meio da internet como pelas redes de jornais e rádio, só atingem o seu principal objetivo a partir do momento que estão em sintonia com as próprias ações do Movimento (Hilsenbeck Filho, 2007). Logo, como um excelente exemplo dessa junção entre ação e divulgação, podemos citar o início dos Diálogos de San Andrés durante os anos de 1995 e 1996, nos quais o EZLN convoca a sociedade civil e o governo federal para discutir, principalmente, sobre o reconhecimento da autonomia dos povos indígenas e que contava com a intermediação da COCOPA (Jesus, 2011). Os Acordos representavam um compromisso conjunto a fim de garantir a criação de um novo relacionamento entre os grupos indígenas, a sociedade civil e o Estado mexicano (Jesus, 2011).

Cabe ressaltar que para os zapatistas as reivindicações discutidas eram vistas como mínimas, pois não atendiam todas as suas necessidades, todavia, foram aceitas pelos membros “como uma forma de demonstrar flexibilidade e interesse em manter os diálogos e as negociações com o governo federal” (Jesus, 2011). Nesse ínterim, durante os debates, o EZLN divulga a sua Quarta Declaração da Selva Lacandona, relatando as suas perspectivas sobre o andamento do Acordos:

[...] Esta primeira fase da negociação se insere, portanto, em uma concepção nacional dos problemas do país, com plena consciência de seu potencial para fomentar inclusive a substituição global da atual desordem econômica neoliberal que põe em risco a humanidade. San Andrés tem a sua própria dimensão como ponto de partida, de modo algum como ponto final ou objetivo definitivo. San Andrés é o espaço para uma estratégia mais ampla de profunda transformação das relações entre os mexicanos. A conclusão da fase atual é apenas o próximo ponto em uma luta

crescente, onde os principais atores não estão diretamente sentados à mesa, mas lutando em uníssono em uma negociação que o EZLN transformou em um diálogo de um novo tipo, apoiado por diversos setores do espectro social, que refletem a riqueza e a variedade da sociedade civil mexicana. (EZLN, 1996, tradução própria)

Tendo em vista esse panorama, as negociações partem da ideia de estimular a participação dos grupos indígenas no âmbito político nacional (Dávila, 1996). Entretanto, esse período é marcado por diversas contradições entre os representantes do governo e os membros do Movimento, principalmente referente a permanência de grupos paramilitares nas regiões zapatistas (Jesus, 2011). Assim, apesar das divergências com o governo de um lado, do outro, os zapatistas estimulavam a participação da sociedade civil nos debates, promovendo eventos como o Fórum Nacional Indígena, pois desejavam ter um caminho alternativo do traçado pelos Acordos, devido as desconfianças sobre o cumprimento desses pelo Estado (Jesus, 2011).

Nesse contexto, no mês de julho de 1996, em San Cristóbal, ocorre uma reunião coordenada pelo EZLN e pela COCOPA, com o intuito de definir os pontos principais que integrariam os debates, reunindo mais de mil pessoas, contando com a participação de intelectuais, personalidades políticas e culturais e organizações sindicais e sociais (Gennari, 2005). Logo, os principais pontos debatidos durante os Acordos referem-se à autonomia das comunidades indígenas para realizarem seu sistema jurídico e sua forma de organização social, o reconhecimento do autogoverno e a adesão da cultura dos povos como parte da nação (Jesus, 2011). Ademais, o documento deveria ser elaborado a partir de questões como a sustentabilidade, pluralismo, livre determinação e integralidade, dando base para o reconhecimento da autonomia como um marco jurídico (Jesus, 2011). A proposta final foi redigida pela COCOPA em novembro de 1996, desencadeando o aumento das tensões entre os dois lados da negociação, pois os zapatistas foram os únicos a reconhecerem a proposta (Gennari, 2005).

Em decorrência desse cenário, as mobilizações organizadas pelo Movimento, nesse momento, se direcionam ao cumprimento dos compromissos do Acordo pelo governo mexicano, estimulando a participação de setores da sociedade nacional e internacional, além de diversas comunidades indígenas (Gennari, 2005). Durante esses acontecimentos, o governo deu morosidade ao processo dos Acordos e refutou a maioria das propostas debatidas durante os diálogos, além do aumento das atividades paramilitares na região dos MAREZ, resultando em tragédias como o massacre de Acteal em 1997: “Se as reações da sociedade civil e internacional impedem que as agressões contra as comunidade zapatistas enveredam pelo caminho da matança indiscriminada, elas não conseguem deter a criação de novos grupos paramilitares e o aumento dos efetivos militares em Chiapas” (Gennari, 2005). Todavia, a violência paramilitar

não é a única ameaça aos municípios autônomos, pois apesar do Movimento se autodenominar indígena, não é todos os indígenas que se associam aos zapatistas, assim, na região há diferentes configurações referentes aos seus sistemas de organização e sua religião, acarretando em situações de intolerâncias religiosas, além da discriminação direcionada à participação ativa de mulheres nas questões políticas (Carlsen, 1999).

No meio desta realidade o governo Zedillo, em março de 1998, divulga a sua contraproposta sobre os Acordos, apresentando termos contrários dos que foram primeiramente apresentados, indo na direção oposta das reivindicações zapatistas (Jesus, 2011): A resposta a essa situação foi a publicação da Quinta Declaração da Selva Lacandona, convocando o povo a lutar pelos direitos indígenas em busca de uma efetiva democracia. Assim, o EZLN se compromete a realizar uma consulta nacional a fim de escutar a opinião popular sobre as propostas redigidas pela COCOPA, mas também, buscam saber o posicionamento da população mexicana sobre a violência dos paramilitares e extermínios na região de Chiapas (Gennari, 2005):

O governo trouxe a guerra, não obteve nenhuma resposta, mas continuou praticando os seus crimes. O nosso silêncio despiu o poderoso e o mostrou assim como é: uma besta criminosa. Vimos que o nosso silêncio evitou que a morte e destruição pudessem aumentar. Assim foram desmascarados assassinos que se escondem sobre os trajes dos que chamam de 'Estado de Direito'. Arrancando o véu que os escondia, apareceram os covardes e os medrosos, os que brincam com a morte para obter lucros, os que vêm do sangue alheio uma possibilidade de ascensão, os que matam porque o matador recebe aplausos e homenagens. (EZLN, 1998)

Nesse ínterim, a consulta nacional aconteceu no dia 21 de março de 1999, na qual poderiam participar todos os mexicanos com mais de 12 anos, e, ao fim, somou-se mais de 2,5 milhões de votos, resultando em 95% de aprovação às reivindicações do EZLN (Gennari, 2005). Consequentemente, as comunidades sofrem uma intensificação das ações militares, mas paralelamente, o Movimento aumenta a ocorrência de encontros com a sociedade civil, envolvendo professores, estudantes e trabalhadores (Jesus, 2011).

Concomitantemente a esses desdobramentos, Vicente Fox (2000/2006) ganha as eleições, sendo visto como um marco, pois rompe com a hegemonia de 71 anos do PRI no poder (Jesus, 2011). Em decorrência disso, um dia após a posse de Fox, o EZLN convoca uma coletiva de imprensa em *La Realidad*, se dirigindo ao novo presidente, evidenciando que este herdou uma guerra, na qual Zedillo “fingiu ter vontade de dialogar”, assim, cabia a Fox escolher o caminho no qual os diálogos retornariam (EZLN, 2000): “[...] os zapatistas afirmam que a verdadeira vitória não foi de Fox, mas sim da população que, no entendimento deles, não só votou contra o PRI, mas essencialmente contra o que o PRI representava enquanto Poder” (EZLN, 2000a). Outro comunicado foi direcionado para a sociedade, com o intuito de garantir

a sua participação em uma grande marcha à capital do país, reivindicando a aprovação das propostas da lei escrita pela COCOPA (EZLN, 2000b). Portanto, a finalidade por trás dos discursos do dia 2 de dezembro deriva da concepção que para conseguir a atenção do governo à causa proclamada, era imprescindível a participação popular, esta que sempre foi a principal interlocutora do Movimento (Jesus, 2011).

Dessa maneira, no dia 5 de dezembro de 2000, Fox envia ao Congresso o projeto de Reforma Constitucional da COCOPA, todavia, a atitude não impede os zapatistas de organizarem uma Marcha pela Dignidade Indígena, chamada pela mídia de Zapatour, que passaria em 12 estados, chegando a Cidade do México, na praça Zócalo (Jesus, 2011). A escolha da praça deriva da concepção de Balandier (1994), que a cidade pode ser vista como um espaço urbano no qual os símbolos e os significados de poder são inúmeros:

Quando o EZLN chega à praça com a sua delegação exigindo do governo que os acordos sejam cumpridos, ele não só demonstra o seu poder de mobilização, como também dá um novo significado ao tipo de revolução a ser evocada naquele espaço. Em antigos espaços de poder emergem novas significações e, para os EZLN chegar a Zócalo foi uma vitória. (Jesus, 2011)

Entretanto, ao adentrarem a capital, lhes foi negado o discurso no Congresso Nacional, e a aprovação de sua presença só ocorreu no dia 28 de março por meio da comandante Ester, o comandante Tacho, Zebedeu e David, que enfatizavam lentidão do processo e a importância dos Acordos de San Andrés para a efetivar a paz em Chiapas (Jesus, 2011). A partir disso, em abril, Fox aprova a reforma constitucional, mas seguindo os mesmos parâmetros de Zedillo, assim, o Movimento afirma que não faria mais contato com o Estado e seguiria em rebeldia (EZLN, 2001).

Paralelamente aos desdobramentos no México, o panorama internacional estava focado nos acontecimentos do 11 de setembro e no início da guerra no Afeganistão, logo, a questão de Chiapas perde atenção da opinião pública e dos movimentos internacionais, e, assim, o Movimento “ganha fôlego para reestruturar e aprimorar o seu trabalho nas comunidades, para tentar encontrar caminhos para dialogar com a cada vez mais fragmentada sociedade civil e para delinear os seus próximos passos” (Gennari, 2005).

Desse modo, no mês de julho de 2003, o Movimento anuncia o fim dos *Aguascalientes* e o início da construção dos Caracois, vistos como um espaço de encontro entre os zapatistas e os demais povos do mundo (Morel, 2023). O conceito de caracol (*to't*) possui um significado cultural importante, sendo uma espiral que não possui início e fim, um espaço aberto para diferentes formas de vida, além disso, a palavra *to't* engloba a ideia de que algo irá ser

comunicado para muitas pessoas, exigindo dos zapatistas um sistema de organização para o seu funcionamento (Morel, 2023):

O caracol é, portanto, uma ressonância não somente do tempo, mas também de um som que as pessoas reconhecem e sabem que algo importante as chama. Os chamados rituais indígenas se fazem com os *Ok'es* - assim se chama a concha do mar. E quer dizer guincho dos animais. É o antigo guincho do canto do jaguar, mas também do canto dos pássaros. É uma fusão de realidades distintas, de mundos diversos que compõem a diversidade da natureza maia nesse canto (...) É muito significativo que “caracol” seja o nome dos espaços que são aglutinadores do mundo externo às comunidades indígenas, mas que o zapatismo também chama para a luta. (Baschê, 2021)

A substituição dos *Aguascalientes* ocorre devido a necessidade de recriar as bases do Movimento, que englobasse os espaços para os encontros com a sociedade civil, a fim de coordenar as iniciativas solidárias para o desenvolvimento das comunidades, e o órgão responsável pela organização dessas ações é chamado de Junta de Bom Governo, contando com membros dos cinco caracois de *La Garrucha*, Roberto Barrios, *La Realidad*, Morelia e *Oventik* (Gennari, 2005). Dessa maneira, possuem o objetivo de reestruturar a nação a partir dos laços com a sociedade civil buscando se esquivar de uma maior desestruturação da camada social que suscitaria no distanciamento das possibilidades para a construção de uma identificação coletiva, pois sem isso “é muito difícil transformar os ventos da dignidade e da rebeldia em movimento vivo capaz de mudar os rumos da história” (Gennari, 2005):

A estratégia zapatista passa hoje pela intensificação do trabalho de acumulação de forças, pela construção e pelo fortalecimento das redes de resistência diante das quais o governo popular, promovido através dos “Caracois” e dos municípios autônomos, é chamado a mostrar, com os fatos, que é possível exercer a democracia direta e ampliá-la a outras regiões do México (Gennari, 2005)

Após o primeiro ano do nascimento dos caracois, o EZLN divulga os acertos e as falhas da administração das Juntas de Bom Governo até então registradas, logo, os documentos salientavam o processo de autonomia no interior dos caracois, além de evidenciar o progresso gerado pelo apoio dos voluntários e organizações não governamentais mundiais, corroborando para a melhoria do sistema de saúde que possuía atendimentos médicos gratuitos e o acesso a medicamentos à alguns pacientes, como também a organização de campanhas para conscientização sobre higiene e prevenção de doenças (Morel, 2023). Ademais, o sistema de educação também sofre melhorias, a partir da construção de mais de 50 escolas, e o acesso a novos equipamentos para outras 300, contando com cursos de capacitação e centros de ensino técnico e secundário (Gennari, 2005). Portanto, as melhores condições de vida nos caracois

deriva das ações das próprias comunidades indígenas, mas também do trabalho e da solidariedade da sociedade civil.

Dessa forma, a construção dos caracois e a sua permanência demonstra empiricamente a questão debatida pelos zapatistas referente a sua autonomia, vista como uma ameaça ao Estado, evidenciando que a desintegração da nação ocorre devido às elites que entregam a soberania nacional nas mãos dos lucros capitalistas, agravando notavelmente as condições de vida da população (Gennari, 2005). Em comprovação ao panorama citado, dados publicados pela revista *La Jornada*, mostraram o aumento do desemprego e consequentemente do trabalho infantil, principalmente nas áreas rurais, além da crescente informalização do trabalho, e “apesar do crescimento da economia registrado ao longo do mandato de Fox, a ação do capital marca um ritmo cada vez mais rápido de degradação do tecido social” (Gennari, 2005).

Nesse contexto, os zapatistas lançam a Sexta Declaração da Selva Lacandona, enfatizando o capitalismo como ator responsável pela pobreza e, em seguida, constata a capacidade desse sistema de esconder as explorações das quais se sustenta, assim, o Movimento realça as suas ações e motivações: “Estamos dizendo que a política não serve? Não, o que queremos dizer é que ‘esta’ política não serve. E não serve porque não leva em conta o povo, não o ouve, não lhe faz caso” (EZLN, 2005). Outrossim, enfatiza a busca para aprofundar as relações do Movimento com as demais organizações de esquerda, pois acreditam que “só na esquerda política está a ideia de resistir à globalização neoliberal e de construir um país onde haja justiça, democracia e liberdade para todos” (EZLN, 2005).

À vista de desenvolver uma nova maneira de exercer a política, os zapatistas enviaram delegações para todo o território mexicano com o intuito de dialogar com as organizações e os indivíduos que corroboram para manter viva a luta de resistência “de baixo”, assim, busca edificar acordos e escutar a opinião da luta popular (Gennari, 2005). Logo, com essa ação o Movimento Zapatista intenta a construção de uma alternativa radical da esquerda anticapitalista, pois não é possível a construção de uma autonomia indígena para além do que os zapatistas conquistaram se não houver uma mudança no sistema, e se o cenário persistir “todos nós vamos ser destruídos, individualmente ou como grupo, enquanto nos mantivermos separados” (Bellinghausen, 2006). Desse modo, os zapatistas enfatizam novamente que não poderão mudar a realidade sozinhos, reconhecendo que “a casa zapatista não passa de uma casa bem pequena, numa rua chamada México, num bairro chamado América Latina, numa cidade chamada Mundo” (Gennari, 2005), entretanto, não hesitam em dar o primeiro passo para a mudança.

5 MODELO ZAPATISTA: O ESPELHO PARA MOVIMENTOS SOCIAIS INTERNACIONAIS

O zapatismo é recorrentemente abordado em análises referente aos novos movimentos sociais, pois se desvincula dos ideais das guerrilhas latino-americanas e trazem uma nova forma de luta e uma intelectualidade entrelaçada ao seu passado (Hilsenbeck Filho, 2003). Logo, o zapatismo enuncia mudanças nos movimentos anti-sistêmicos ao capitalismo, abordando importantes questões para compreender os meios pelos quais as lutas organizativas anticapitalistas irão caminhar (Hilsenbeck Filho, 2007). Desse modo, “o zapatismo foi o despertar mais visível de um novo ciclo de protesto social que tomou corpo no decorrer da segunda metade dos anos 1990 na América Latina” (Hilsenbeck Filho, 2007), além de perpassar para os países da Europa e América do Norte. Assim, o Movimento é considerado por Mihael Denning (2002) como um dos primeiros movimentos sociais com o seu alcance a enunciar formalmente a sua luta contra a mundialização liberal.

Nesse sentido, os movimentos sociais ganham destaque como objeto de estudo em um panorama internacional através das lutas antiglobalização, rompendo o nacional, ultrapassando o espaço internacional, e caracterizando-se como transnacional (Gohn, 2009). Além disso, os movimentos sociais, derivados de um longo processo histórico, interligam questões culturais, identitárias e anseios comuns que buscam um objetivo maior, sobrepujando as demandas que anseiam reivindicar as necessidades do presente (Guerra, 2019). Em decorrência disso, a compreensão dos novos movimentos não se baseia apenas na análise ortodoxa de classes, mas sim, na maneira como os sujeitos sociais reivindicam os seus direitos concomitantemente com a construção de uma sociedade menos desigual que engloba as multiplicidades de valores dos diferentes grupos, ou seja, almejam elementos constitutivos sociais que desenvolvam uma realidade mais igualitária e justa (Guerra, 2019):

Assume-se que o movimento social se origina em um conflito, “transcende a ação coletiva cotidiana e se sustenta em uma proposta alternativa dirigida a modificar a situação social, econômica, política e territorial”. Mas também o movimento social interpela, reclama, exige em busca dessa transformação, valendo-se dos recursos disponíveis que tornam possíveis as ações de protesto que, no processo interativo dos sujeitos, surgem do repertório baseado nas experiências e esquemas socioculturais configurados no sujeito social constituído de maneira permanente e organizada. (Jíménez, 2010; Rauber, 2004)

A perspectiva zapatista também abrange a concepção de Gramsci de uma história vista “de baixo para cima”, indo contra os conceitos clássicos das RI, que majoritariamente, ignoram as camadas exploradas, e o que esses indivíduos têm a dizer sobre o mundo e as consequências

de uma política de “cima”, além de serem capazes de articular as suas demandas com a denúncia referente a lógica destrutiva do capitalismo (Antunes, 2011). Nesse ínterim, o Movimento é analisado a partir de sua complexidade, devido a sua autodeterminação como um movimento indígena que engloba a cosmovisão das comunidades integrantes, corroborando para as alterações na sua estrutura e nas ações, ressignificando o pensamento clássico atrelado às lutas armadas latino-americanas como a concepção de revolução: “um movimento tão complexo quanto a conjuntura político-social latino-americana e que, talvez por ter compreendido isso, venha causando tanto impacto na realidade” (Guerra, 2019):

Os movimentos sociais passaram, então, a serem interpretados sob uma ótica de pertencimento da realidade histórica e de força motriz das transformações no processo histórico. Com isso, complexifica-se as análises estruturalistas da sociedade moderna capitalista; as análises dos discursos e seus poderes de construção de identidade; os poderes simbólicos que permeiam nossa vivência em sociedade; e vão além na tentativa de buscar uma transformação estrutural nos âmbitos sociais, políticos e econômicos. (Guerra, 2019)

Tendo em vista essas questões, o zapatismo é compreendido a partir de um pensamento pluriversal e transmoderno a fim de atingir uma concepção epistemológica firmada na diferença, ou seja, a sua forma de governança desafia os princípios modernos de poder e democracia, propagando a ideia de uma política baseada no “andar perguntando”, cujo ideal é escutar e aprender com a população e o que elas aspiram politicamente, ato executado durante a chamada Outra Campanha, que constitui uma frente operativa das demandas da VI Declaração da Selva Lacandona (Grosfoguel, 2007):

Ao lançar a Outra Campanha os zapatistas lançaram também um debate maior sobre a estratégia da esquerda mundial. E ela teria duas expectativas de curto prazo, que as autonomias de fato se estabeleçam em outras regiões do país, e também que a força combinada das múltiplas autonomias seja capaz de criar uma imensa pressão sobre o Estado, para obrigá-lo a reconhecê-las juridicamente. (Wallerstein, 2006)

Nesse contexto, outra perspectiva que os destacam na concepção dos movimentos sociais é a interpretação do mundo e o caminho para mudá-lo por meio da ação de sentinelas, ou seja, o pensamento de que para alcançar um “outro” saber é imprescindível ultrapassar os limites, mas também assumir uma posição sem ser doutrinário (Granda Henao, 2023). Desse modo, aprendem em coletivo e superam a chamada “síndrome do vigia”, que se fixa em apenas um elemento, deixando de lado o todo e ignorando as mudanças, contrariamente é necessário acompanhar panorama por completo, mantendo uma visão periférica da situação (EZLN, 2015):

O pensamento zapatista anda perguntando sobre problemas e proposições. É um pensamento em forma de caracol, que parte de uma situação maior e desce para a

compreensão do entorno pelas experiências encarnadas em relação com o todo; depois, irá construindo com esses aprendizados e propondo possibilidades para fissurar a muralha, decepar a Hidra. (EZLN, 2015)

Cabe pontuar, que o conceito de altermundismo é associado nesse contexto para interligar o zapatismo a outras lutas mundialmente, como protestos globais, exemplificando a chamada Batalha de Seattle em 1999, que lutava contra as novas regras determinadas pela OMC ou lutas contra a descarbonização, ou seja, possuem uma forma comum de fazer as relações internacionais pelo povo, vistas como uma luta “de baixo”, unidas com o objetivo de atingir uma nova forma de globalização, assim, “o global passa a ser uma característica e um campo de muitas formas de luta entrelaçadas” (Granda Henao, 2024). Outrossim, Arturo Escobar (2004) pontua o altermundismo como uma ação contra-hegemônica perante a globalização neoliberal, suscitando em uma emergência de redes de diferentes movimentos sociais, em outras palavras, uma globalização de resistências (Amin; Houtart, 2003). Em resumo, a concepção gira em torno das formas de ação coletivas e globais através das redes transnacionais, associadas por vínculos internacionais, nacionais e sociais, isto é, lutas cujo desenrolar influencia a sua reprodução em outros locais (Santos, 2007).

Dessa forma, o Movimento Zapatista desenvolve a *Escuelita Zapatista*, em 2013, em comemoração aos 10 anos do início dos Caracóis, considerada uma prática importante para a sua autonomia, assim, a ideia envolvia o ensinamento coletivo de pessoas da comunidade ou das regiões urbanas, referente ao significado de governo autônomo, como também o que é a liberdade e qual o papel das mulheres no projeto de construção da sua autonomia, a fim de propagar essas práticas em suas próprias realidades (EZLN, 2014):

Para fins de exemplificação desse panorama do Movimento Zapatista como um espelho para os movimentos globais, podemos citar a campanha “Uma Escola para Chiapa da Grécia”, desenvolvida em 2000, por um grupo de interessados nos movimentos sociais da América Latina que se reuniram a fim de produzir uma revista referente ao tema, chamada de *Señales de Humo*, além disso, tiveram apoio de estudantes de arquitetura que construíram o modelo para o Centro de Capacitação de Promotores Culturais, inspirado no projeto de educação zapatista, a Semente do Sol¹¹, e, posteriormente, abriu caminho para a *Escuela para Chiapas* (Rovira Sancho, 2007). Ademais, o Movimento também reverbera na Itália por meio do movimento dos *Tute Bianche*, que declaram ter orgulho da influência dos zapatistas nas constituições das suas reivindicações, assim, adotaram os métodos da Associação *Ya Basta*, criada em 1996, através

¹¹ Projeto de formação de promotores educacionais em Cañadas foi idealizado pelo italiano Renato e desenvolvido no México com voluntários da cidade, coordenado pela Enlace Civil (Rovira Sancho, 2007).

de uma coalizão de diferentes centros sociais (Albertani, 2010). Além disso, a utilização de macacões brancos foi inspirada nos passamontañas dos zapatistas, e, ao contrário destes, os ativistas italianos buscam não esconder os seus rostos, mas sim serem reconhecidos a partir de suas vestimentas (Albertani, 2002).

Por fim, a região de Barcelona merece destaque nesse panorama, pois é conhecida no ramo dos ativistas como a “embaixada de Chiapas” europeia, referência derivada das diferentes ocorrências de mobilizações de solidariedade ao Movimento (Alcântara; Bringel, 2020). Logo, os ideais zapatistas como autogoverno, horizontalidade e autonomia reverberam na cultura política ativista na cidade, sendo utilizada como inspiração para o desenvolvimento da plataforma e partido político *Barcelona en Comú* que ganhou as eleições catalãs em 2015 (Alcântara; Bringel, 2020). Consequentemente, ocorre a construção de atores coletivos engajados nas lutas no México, como por exemplo, a *Col·lectiu de Solidaritat amb la Rebel·lió Zapatista de Barcelona* (CSRZ) e a *Comisión de Solidariedad con los Pueblos Indígenas de la Casa de la Solidariedad*, fundadas em 1994, trazendo uma percepção coletiva dos princípios zapatistas que passam a ser inclusos no âmbito político e cultural ativista dos catalãs, por conseguinte, esses princípios se mesclam com a tradição autonomista já existente na região, contribuindo para uma ressignificação da própria perspectiva autônoma catalã, adquirindo uma compreensão menos fragmentada e mais popular: “Os princípios zapatistas não eram somente configurações abstratas. Passaram a ser identificados em experiências locais em Barcelona, nos movimentos libertários, nas assembleias e bairros” (Alcântara; Bringel, 2020).

Em decorrência desse cenário, os coletivos em Barcelona atuaram como uma das principais portas de entrada para a solidariedade aos zapatistas na Europa, mobilizando, também, diversas pessoas a se dirigirem ao país mexicano com o intuito de participarem das brigadas militantes ou dos Encontros organizados em Chiapas, contribuindo para a escolha da Espanha como sedadora do Segundo Encontro contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, o que corroborou para a criação da conhecida Rede Euro Zapatistas (Alcântara; Bringel, 2020). Dessa maneira, o zapatismo é entendido como um elo inter-regional, abrangendo o campo histórico, como também o campo pessoal, ou seja, visto como uma experiência de vida e militância importante para diversos ativistas europeus:

A solidariedade com o zapatismo acabou contribuindo para fortalecer, também, os laços entre as lutas e os movimentos sociais dentro da Europa, gerando uma cartografia alternativa do continente. Por outro lado, conhecer a experiência zapatista significou, para muitos ativistas europeus, começar um contato mais amplo com outras lutas e movimentos no México e no resto da América Latina, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil e uma diversidade de lutas indígenas na América Central e na região andina. (Bringel *et al.*, 2008)

Em resumo, o Movimento Zapatista coordenado através de um relacionamento entre os indígenas e os setores da esquerda armada, o EZLN, expressam inspirações políticas diversas, que abarcam sua historicidade com o autonomismo e o marxismo libertário (Alcântara; Bringel, 2020). Em suma, a trajetória zapatista é imprescindível para analisar as reconfigurações dos movimentos sociais globalmente, com destaque para a América Latina, em um panorama de intensificação da globalização (Leyva Solano, 1999; Khasnabish, 2010). Portanto, o zapatismo é uma fonte de inspiração para diferentes movimentos sociais, pois apareceu ao mundo como uma força transformadora que engloba questões históricas, sociais, políticas, culturais, entre outros, e que remetem, diretamente, aos 500 anos de dominação colonial, abrangendo todos os que se identificam com o seu passado e os ideais para o futuro (Guerra, 2019). Assim, como pontuado por Holloway (1997): “Os zapatistas de Chiapas acenderam uma chama, mas a luta para converter “dignidade e rebelião em liberdade e dignidade” é nossa”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar a trajetória do Movimento Zapatista é evidente que sua constituição foi um dos destaques no processo de democratização mexicana, tendo sido referência na saída do PRI do poder, logo, são posicionados analiticamente como os catalisadores do anseio democrático da sociedade nacional (Hilsenbeck Filho, 2007). Ademais, é um movimento em destaque na luta pelos direitos indígenas, estimulando a revalorização cultural e identitária, transformando suas demandas em um caminho de possibilidades para mudanças radicais socialmente (Hilsenbeck Filho, 2007). Desse modo, o Movimento nunca abandonou a realidade chiapaneca e nacional, e, a partir da entrada mexicana nas relações internacionais, foi que os zapatistas compreenderam a profundidade da globalização, corroborando para a escolha de conciliar o apoio social transnacional com a realidade a qual decidiram conquistar (Olesen, 2005). Nesse contexto, são vistos como pioneiros na construção de novos movimentos sociais anticapitalistas, abarcando diferentes setores populares, destacando o papel importante e decisório das “minorias”, através de estratégias linguísticas e uso dos meios de comunicação, assim, eles “reacenderam a chama de dignidade e revolta de toda uma geração de lutas sociais de esquerda e anticapitalista” (Hilsenbeck Filho, 2007).

Em decorrência desse panorama, por meio da construção de sua dignidade e rebeldia, o Movimento rompe com os velhos paradigmas e buscam novos caminhos, tecendo pontes entre diferentes lutas com o intuito que outros construíssem com eles novas rebeldias e dignidades, objetivando uma realidade livre e emancipada (Hilsenbeck Filho, 2007). Em outras palavras, o

Movimento soube ressoar sua luta mundialmente, e a rede criada ao redor de suas reivindicações, se converteu em uma ferramenta fundamental para a coordenação de pessoas e grupos, principalmente pela disseminação via Internet (Rovira Sancho, 2007).

O repertório das mobilizações transnacionais zapatistas englobou a utilização da inovação e criatividade no âmbito de protestos, interligando as redes cibernéticas com as ações físicas, corroborando para a experiência de contato entre diferentes culturas, vivência *in loco*, como também nas práticas simbólicas nas próprias redes, ou seja, fluxos de discursos, debates e informações que contribuíram para a possibilidade de pensar em uma ação global contra o neoliberalismo e poder vivenciar o impacto coletivo de transformação (Rovira Sancho, 2007). Em resumo, o zapatismo contribuiu para a difusão das temáticas sobre a diversidade cultural e étnica, da democracia e antiglobalização nos novos movimentos sociais, ademais, perdurou a sua luta pelos direitos de sua autonomia, através da construção dos territórios autônomos, evidenciando a possibilidade de uma política de “mandar obedecendo” (Azevedo, 2016).

Tendo em vista esse cenário, a rede transnacional zapatista reinterpreta e enquadra o conflito, a fim de torná-lo acessível a diversas realidades, mobilizando-se para pressionar o Estado mexicano em apoio aos indígenas de Chiapas (Rovira Sancho, 2007). Nesse sentido, o zapatismo transnacional é visto como um primeiro ensaio de um novo ciclo de resistências que possuem a necessidade de lutar na esfera global contra a globalização neoliberal como ponto em comum, ou seja, a confluência de lutas locais, regionais, nacionais e internacionais (Rovira Sancho, 2007). Por conseguinte, cabe pontuar que o Movimento “não deixa de olhar para o passado, ainda luta por direitos reivindicados desde o antigo regime, entretanto não deixa de se tornar contemporâneo no modo de interação com a comunidade mexicana e mundial” (Bisco Junior, 2007).

Portanto, o Movimento Zapatista que se caracteriza pela sua particularidade geográfica e indígena, traduziu a sua luta em termos compreensíveis para as diversidades globais, conquistando uma ressonância universalizante que resultou em uma ideia de possível luta global (Rovira Sancho, 2007). Concomitantemente, em uma perspectiva local, enraizado nas comunidades indígenas chiapanecas, os zapatistas evidenciam que para ocorrer uma efetiva transformação mundial, as mudanças começam no âmbito nacional, pois “não se constroi a casa começando pela janela, por mais belo que possa parecer pensar em vaidades em vez dos alicerces. Mas talvez sejam os alicerces que sustentam a vida” (Rovira Sancho, 2007). Em resumo, o zapatismo possui a esperança de que o futuro seja diferente do passado, mas não impõem um futuro para todos, respeitando as suas diferenças, ou seja, o futuro será construído

pelo coletivo e não somente por meio das ações zapatistas (Bisco Junior, 2007). E, é através desse pensamento que se sustenta o ideal de “um mundo onde caibam muitos mundos”.

Em conclusão, é visível que a luta zapatista se reestrutura continuamente a fim de adequar a sua realidade com as demandas indígenas, nacionais e internacionais, não deixando de englobar a sua visão de mundo enraizada nos ideais culturais das diferentes comunidades chiapanecas. Além disso, é evidente os mecanismos estruturados juntamente com a sociedade civil mexicana desde o início do levante armado, mas também a coordenação de uma rede solidária transnacional que pudesse resultar em mudanças e conhecimentos significativos de ambos os lados, proporcionando uma luta global que envolvesse as diferentes realidades e que destacasse a suas pautas semelhantes, resultando, assim, em uma visão de crescimento e desenvolvimento compartilhado, objetivando um mundo mais igualitário respeitando as múltiplas nações viventes em diferentes Estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/CkgtkrqVdRCMpkrDTXQGW9n/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 6 abr., 2025.

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. Los símbolos étnicos de la identidad nacional. **Anuario Indigenista**, v. XXX, n. 93, México: Instituto Indigenista Interamericano, 1970. Disponível em: <https://www.libros.unam.mx/digital/v2/V49.pdf>. Acesso em: 6 jun., 2025.

ALBERTANI, Claudio. Paint It Black: Black Blocs, Tute Bianche and Zapatistas in the Anti-globalization Movement. **New Political Science**, v. 24, n. 4, p. 579-595, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232941391_Paint_It_Black_Black_Blocs_Tute_Bianche_and_Zapatistas_in_the_Anti-globalization_Movement. Acesso em: 11 nov., 2025.

ALBERTANI, Claudio. **Del pasamontañas a los overoles blancos**: la influencia del neozapatismo en la izquierda italiana. Chiapas, México, n. 29, 2010.

ALBUQUERQUE, Carolina. Educação: A escola livre do movimento zapatista. **Revista Continente**, 01 jul. 2014. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/163/educacao--a-escola-livre-do-movimento-zapatista>. Acesso em: 14 jun, 2025.

ALCÂNTARA, Livia; BRINGEL, Breno. Dos zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NgBfgLwPLYXpLtkQRd8gTfy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 nov., 2025.

ALKMIN, Fábio Márcio. **Por uma geografia da autonomia**: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

AMIN, Samir; HOUTART, François (eds.). **Globalización de las resistencias**: el estado de las luchas. Barcelona: Icaria Editorial, 2003.

ANAYA, Benjamín. **Neozapatismo y rock mexicano**. México: La Cuadrilla de la Langosta, 2000.

ANDREO, Igor Luis. **Teologia da Libertação e Cultura política maia chiapaneca**: o congresso indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional. São Paulo: Alameda, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARDITI, Benjamín. El devenir-otro de la política: un archipiélago post-liberal. In: ARDITI, Benjamín (Org.). **¿Democracia post-liberal?** El espacio político de las asociaciones. Barcelona: Anthropos, 2005. p. 219–248

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/QBXXBw99XxgcmcS35sND3Rk/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 abr., 2025.

BALANDIER, Georges. **El poder en escenas**: de la representación del poder al poder de la representación. Barcelona: Paidós, 1994.

BALDI, Carlo. Autodeterminação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5º ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

BÁRCENAS, Francisco López. **Autonomía y derechos indígenas en México**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. La represión de la pluralidad: los derechos indígenas en Oaxaca. In: Bartolomé, M.; Barabas, A. (org.). **La pluralidad en peligro**. México: INAH; Instituto Nacional Indigenista, 1996.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Bases culturais da identidade étnica no México. In: Zarur, George Cerqueira (org.). **Região e Nação na América Latina**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Etnias y naciones: la construcción civilizatoria en América Latina. In: REINA, L. (Org.). **Los retos de la etnicidad en los estados-nación del siglo XXI**. México, DF: CIESAS/INI–Porrúa, 2000. p. 153-170.

BARTOLOMÉ, Miguel. **Visiones de la Diversidad**: relaciones interétnicas e identidades étnicas en el México actual. Colección Etnografía de los Pueblos Indígenas de México, México, 2005.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWKbCXScWRZt9hGH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr., 2025.

BARTOLOMÉ, Miguel. Etnicidad, historicidad y complejidad: del colonialismo al indigenismo y al Estado pluricultural en México. **Cuadernos de la Casa Chata (CRCA)**, n. 69, p. 34-64, maio-agosto 2017. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-84882017000200033. Acesso em: 5 jun., 2025.

BARTRA, Roger. El problema indígena y la ideología indigenista. **Revista Mexicana de Sociología**, México, Vol. 36, No. 3, Jul. - Set., 1974. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Revistamexicanadesociologia/1974/vol36/no3/2.pdf>. Acesso em: 6 jun., 2025.

BATALLA, Guillermo Bonfil. **México profundo: una civilización negada**. México, DF: Ed. Grijalbo, 1990.

BASCHÊT, Jérôme. Los zapatistas: ¿“ventriloquia india” o interacciones creativas? **Istor**, México, DF, ano 6, n. 22, p. 110-128, 2005.

BASCHÊT, Jérôme. **A experiência zapatista**. São Paulo: Editora N-1, 2021.

BELLESA, Mauro. A implantação e os efeitos do modelo neoliberal no México. **Instituto de Estudos Avançados**, 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/noticias/o-neoliberalismo-no-mexico>. Acesso em: 25 maio 2025.

BELLINGHAUSEN, Hermann. Crece la indignación en el mundo por Atenco. **La Jornada**, 04 jun. 2006. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2006/06/04/index.php?section=politica&article=015n1pol>. Acesso em: 06 out, 2025.

BISCO JUNIOR, José Gaspar. **Guerrilha em foco: a presença na mídia do discurso Zapatista, de seu surgimento até a Quinta Declaração da Selva Lacandona**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Juiz de Fora, 2007.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara; LÓPEZ, Sara. Del actor en movimiento a los movimientos en acción. La rearticulación de la lucha antiglobalización. In: IBARRA, Pedro; GRAU, Elena (Org.). **Anuario de movimientos sociales 2008**. Barcelona: Içaria; Betiko Fundazioa, 2008. p.178-188.

BRINGEL, B.; LANDALUZE, J.; BARRERA, M. Solidaridades para el desarrollo. La política de cooperación activista con el MST brasileño. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, v. 22, p. 195-209, 2008. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/REDC/article/view/86738>. Acesso em: 10 nov., 2025.

BOT, Yvon Le. **El Sueño Zapatista**. S.L: Edições Asa, 1997.

- CARLSEN, Laura. Autonomía indígena y usos y costumbres: la innovación de la tradición. **Revista Chiapas**, n. 7, [s.d.]. Disponível em: <https://revistachiapas.org/No7/ch7carlsen.html>. Acesso em: 05 out, 2025.
- CARRIGAN, Ana. Chiapas: The First Post-Modern Revolution. **Fletcher Forum of World Affairs**, v. 19, n. 1, p. 71–98, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHIAPAS SUPPORT COMMITTEE. Marcos: Votán I. A Beetle in the Network. **Chiapas Support Committee – Compañero Manuel blog**, 03 ago. 2013. Disponível em: <https://chiapas-support.org/2013/08/03/marcos-votan-i-a-beetle-in-the-network/>. Acesso em: 29 out. 2025.
- COGGIOLA, Osvaldo. Prefácio. In: ARELLANO, A. B.; OLIVEIRA, A. U. (org.) **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-11.
- COMISIÓN NACIONAL DE INTERMEDIACIÓN (CONAI). **Comunicado. México**, 1 abr. 1998. Disponível em: <https://conai.fundar.org.mx>. Acesso em: 23 set, 2025.
- CRUZ, Júlia Melo Azevedo. O repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ECA/USP, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Julia_Cruz_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf. Acesso em: 20 maio, 2025.
- DÁVILA, Doralicia Carmona. 1996 Acuerdos de San Andrés. **Memória Política del México**, 16 fev., 1996. Disponível em: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/7CRumbo/1996ASA.html>. Acesso em: 14 nov., 2025.
- DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002.
- DENNING, Michael. Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos três mundos. In: LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel Maria (orgs.). **O espírito de Porto Alegre**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 61–85.
- DE VOS, Jan. **Una tierra para sembrar sueños: historia reciente de la Selva Lacandona**. México: CIESAS, 1997
- DEVIN, Guillaume. As solidariedades transnacionais: fenômeno social de escala mundial. A perspectiva europeia. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 363–376, jul./set. 2016.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/RnFSqstXLLYJ6wN3WKw38gw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun., 2025.
- DÍAZ, Carlos Tellos. **La rebelión de las Cañadas**. México: Cal y Arena, 1995.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor George. **La rebelión zapatista y la autonomía**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1997.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del tercer mundo: globalidad imperial, colonialidad global y movimientos sociales anti-globalización. **Nómadás**, v. 20, p. 86–100, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105117734009.pdf>. Acesso em: 10 nov., 2025.

ESPONDA, Juan Gonzáles; BARRIOS, Elizabeth Pólito. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. **Revista Chiapas**, n. 1, 1995. Disponível em: <https://revistachiapas.org/No1/ch1gonzalez-polito.html>. Acesso em: 25 maio, 2025.

EZLN. **Documentos y comunicados I (1993-1994)**. 2. ed. México, D.F.: Editorial ERA, 1994.

EZLN. ¿De qué nos van a perdonar?. **Enlace Zapatista**, 18 jan. 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/18/de-que-nos-van-a-perdonar/>. Acesso em: 26 mai, 2025.

EZLN. Al Consejo: 500 años de resistencia indígena, que nuestros corazones junten sus pasos. **Enlace Zapatista**, 1 fev. 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/01/al-consejo-500-anos-de-resistencia-indigena-que-nuestros-corazones-juntan-sus-pasos/>. Acesso em: 5 jun., 2025.

EZLN. Informe sobre el diálogo de paz. **Memoria Política de México**, 23 fev. 1994. Disponível em: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/7CRumbo/1994-IDP-SM.html>. Acesso em: 26 mai, 2025.

EZLN. Segunda declaración de la Selva Lacandona. **Enlace Zapatista**, 10 jun. 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/> **Enlace Zapatista**. Acesso em: 26 mai, 2025;

EZLN. Comandancia General. 502 años después de que el poder invadió nuestros suelos. **Enlace Zapatista**, 12 out. 1994. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/10/12/502-anos-despues-de-que-el-poder-invadio-nuestros-suelos/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

EZLN. Tercera Declaración de la Selva Lacandona. **Enlace Zapatista**, 01 jan. 1995. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/01/01/tercera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 27 maio, 2025.

EZLN. **Comunicado del Comité Clandestino Revolucionario Indígena** – Comandancia General del EZLN a la Comisión Nacional de Intermediación (CONAI). México, 24 feb. 1995. Disponível em: <conai.fundar.org.mx>. Acesso em: 23 set, 2025.

EZLN – Subcomandante Durito. La historia de los espejos. Durito IV (el neoliberalismo y el sistema de partido de Estado). Durito V. **Enlace Zapatista**, 9 jun. 1995. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/06/09/la-historia-de-los-espejos-durito-iv-el-neoliberalismo-y-el-sistema-de-partido-de-estado-durito-v/>. Acesso em: 01 out, 2025.

EZLN. Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. **Enlace Zapatista**, 1 jan. 1996. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 05 out, 2025.

EZLN. Palabras de la Comandancia General del EZLN en el Acto de Inicio del Primer Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo, 27 jul. 1996.

Palabra Zapatista. Disponível em:

https://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_07_27.htm. Acesso em: 25 set, 2025.

EZLN. V Declaración de la Selva Lacandona. **Enlace Zapatista**, 17 jul. 1998. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/07/17/v-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 05 out, 2025.

EZLN. A Vicente Fox: es mi deber informarle que a partir de hoy ha heredado una guerra en el sureste mexicano. **Enlace Zapatista**, 2 dez. 2000. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2000/12/02/a-vicente-fox-es-mi-deber-informarle-que-a-partir-de-hoy-ha-heredado-una-guerra-en-el-sureste-mexicano/>. Acesso em: 05 out, 2025.

EZLN. Llamado a una gran movilización con el fin de conseguir del Congreso de la Unión mexicano el reconocimiento constitucional de los derechos y cultura indígenas, de acuerdo con la iniciativa de la COCOPA. **Enlace Zapatista**, 2 dez. 2000. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2000/12/02/llamado-a-una-gran-movilizacion-con-el-fin-de-conseguir-del-congreso-de-la-union-mexicano-el-reconocimiento-constitucional-de-los-derechos-y-cultura-indigenas-de-acuerdo-con-la-iniciativa-de-la-cocop/>. Acesso em: 05 out, 2025.

EZLN. En Oaxaca: voltear el país entero y hacerlo por fin el árbol donde los todos que somos diferentes tengamos mañana común como nación. **Enlace Zapatista**, 26 fev. 2001. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/26/en-oaxaca-voltar-el-pais-entero-y-hacerlo-por-fin-el-arbol-donde-los-todos-que-somos-diferentes-tengamos-manana-comun-como-nacion>. Acesso em: 15 jun, 2025.

EZLN. La reforma constitucional aprobada en el Congreso de la Unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del Congreso Nacional Indígena, del EZLN ni de la sociedad civil. **Enlace Zapatista**, 29 abr. 2001. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/04/29/la-reforma-constitucional-aprobada-en-el-congreso-de-la-union-no-responde-en-absoluto-a-las-demandas-de-los-pueblos-indios-de-mexico-del-congreso-nacional-indigena-del-ezln-ni-de-la-sociedad-civil/>. Acesso em: 05 out, 2025.

EZLN. Chiapas: la treceava estela – Primera parte: un caracol. **Enlace Zapatista**, 21 jul. 2003. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-primera-parte-un-caracol/>. Acesso em: 24 nov, 2025.

EZLN. Sexta Declaración de la Selva Lacandona. **Enlace Zapatista**, 30 jun. 2005. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/06/30/sexta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 06 out, 2025.

EZLN. Editorial 1. Rebeldía Zapatista. La palabra del EZLN. **Enlace Zapatista**, 28 fev. 2014. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/02/28/editorial-revista-rebeldia/>. Acesso em: 10 nov, 2025.

EZLN. Chiapas, México, el Mundo. (fragmento del texto “Una Guerra Mundial” (mayo-junio 2015), del SupGaleano, en “Nuestra Mirada a la Hidra”, parte II del volumen I de “El Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista”). **Enlace Zapatista**, 14 jul. 2015. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2015/07/14/chiapas-mexico-el-mundo-fragmento-del-texto-una-guerra-mundial-mayo-junio-2015-del-supgaleano-en-nuestra>

[mirada-a-la-hidra-parte-ii-del-volumen-i-de-el-pensamiento-critico-frente-a/](#). Acesso em: 10 nov, 2025.

EZLN. Palabras del EZLN en el seminario “El Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista”. **Enlace Zapatista**, 15 jul. 2015. Disponível em:

<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2015/07/15/palabras-del-ezln-en-el-seminario-el-pensamiento-critico-frente-a-la-hidra-capitalista/>. Acesso em: 10 nov, 2025.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A guerra é o espetáculo**: origens e transformações da estratégia do EZLN. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GENNARI, Emilio. **Chiapas**: as comunidades zapatistas reescrevem a história. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

GENNARI, Emilio. **EZLN**: passos de uma rebeldia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GIL, Antonio Carlos Amador. Do indigenismo à autonomia: organizações indígenas e as lutas pela reestruturação do Estado Nacional Mexicano. In: ANPUH. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em:

https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_372d4dd4cff789d4ac265260dd4ac410.pdf. Acesso em: 5 jun., 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología; VIII Jornadas de Sociología da Universidad de Buenos Aires, 2009.

GRANDA HENAO, Daniel Sebastián. “Outro mundo é possível”: uma interpretação sobre o internacionalismo do neozapatismo. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, e1378, 2023. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1378>. Acesso em: 10 nov., 2025.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 63–77.

GUERRA, Rodrigo. Historiografia, zapatismo e movimentos sociais. **Cadernos Prolam/Usp**, [S.L.], v. 18, n. 35, p. 33-54, 30 dez. 2019. Universidade de São Paulo. Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais.

GUIMARÃES, Rafael Siqueira; AGUILUZ-IBARGÜEN, Maya. Autonomia política como prática de cuidado: a gramática da educação zapatista. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 27, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287175765035>. Acesso em: 15 jun, 2025.

HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. Knowledge-based theories: ideas, arguments and social identities. In: **Theories of international regimes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.136-192.

HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. The March of the Color of the Earth. **Chiapas Support Committee – Compañero Manuel blog**, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://chiapas-support.org/2021/03/20/the-march-of-the-color-of-the-earth/>. Acesso em: 29 out. 2025.

HILL, Jonathan D.. **History, power, and identity: ethnogenesis in the americas, 1492-1992**. Iowa: University Of Iowa Press, 1996.

HILL, Jonathan D. History, power, and identity: Amazonian perspectives. **Acta Historica Universitatis Klaipedensis**, v. 19, Studia Anthropologica III, p. 25-47, 2009. Disponível em: <https://e-journals.ku.lt/journal/AHUK/article/1760/info>. Acesso em: 27 maio, 2025.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. **Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do exército zapatista de libertação nacional**. 2007. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2007.

HOLLOWAY, John. **La resonancia del zapatismo**. Chiapas, n. 3, p. 43-54, 1996.

HOLLOWAY, John. Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy. 2. ed. Buenos Aires; Santiago: **Revista Herramienta**; Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Vadell Hermanos Editores, 2005.

HÜLSMANN, Jörg Guido. Mises contra os neoliberais — as origens desse termo e seus defensores. **Mises Brasil**, 3 mar. 2011. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/771/misescontraosneoliberaisasorigensdessetermoeseusdefensores/>. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS (INPI). **Atlas del INPI – Chiapas**. 2015. Disponível em: <https://atlas.inpi.gob.mx/chiapas-2/>. Acesso em: 25 maio, 2025.

JESUS, Graziela Menezes de. Os Acuerdos de San Andres e o debate autonômico. In: GIL, Antonio Carlos Amador. **Identidades Étnicas e Autonomia na América Latina: novos olhares a partir do movimento neozapatistas**. S.I: Npih Publicações, 2011. p. 11-42.

JIMÉNEZ M., M. de J.; RAMÍREZ J., J. A ação coletiva e os movimentos sociais camponeses na América Latina. **Interciencia**, Caracas, v. 35, n. 9, p. 704-708, set. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/339/33914212012.pdf>. Acesso em: 17 jun., 2025.

KHASNABISH, A. **Zapatistas: Rebellion from the grassroots to the global**. London: Zed Books, 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia. Necessidades e oportunidade de um espaço público transnacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, n.28, ano 10, p.55-68, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. São Paulo: Coletivo Sabotagem: 1978.

LEYVA SOLANO, X. De las cañadas a Europa: Niveles, actores y discursos del nuevo movimiento zapatista (1994–1997). Desacatos: **Revista de Ciencias Sociales**, n. 1, p. 56-87, 1999. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-050X1999000100003. Acesso em: 10 nov., 2025.

LÓPEZ MONJARDIN, Adriana; REBOLLEDO, Dulce María. Los municipios autónomos zapatistas. **Chiapas**, n. 7, México: IIEc, UNAM; Ediciones ERA, 1999. p. 115-134. Disponível em: <https://chiapas.iiec.unam.mx/No7-PDF/ch7monjardin.pdf>. Acesso em: 5 abr., 2025.

MAIA, Rousiley C.. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: UnB, 2002, p. 07-124.

MARCOS, Sylvia. **Tomado de los Labios**: Genero y eros en Mesoamerica. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2010.

MARTÍNEZ, Luis de la Peña. La voz alzada: la rebelión discursiva del zapatismo. **Revista Rebeldia**, n. 16, 2004. Disponível em: <https://rebellion.org/la-voz-alzada-la-rebelion-discursiva-del-zapatismo/>. Acesso em: 25 set, 2025.

MELLO, Andreia Skackauskas Vaz de. Solidariedade transnacional: o caso do exército zapatista de libertação nacional. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 25-48, dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/5247>. Acesso em: 16 jun., 2025.

MÉXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**. Texto original promulgado el 5 de febrero de 1917. Ciudad de México: Congreso Constituyente, 1917.

MÉXICO. **Decreto de reforma do Artigo 4º da Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, de 28 de enero de 1992**. Diario Oficial de la Federación, México, 28 jan. 1992. Disponível em: <https://www.scjn.gob.mx/sites/default/files/cpeum/documento/2017-03/CPEUM-004.pdf>. Acesso em: 10 jun., 2025

MOGUEL, Julio. Los argumentos en San Andrés Larráinzar: Mesa de Derechos y Cultura Indígena. **El Cotidiano**, maio-jun. 1996. Disponível em: <https://elcotidianoenlinea.azc.uam.mx/index.php/numeros-por-articulos/no-76-negociacion-politica-en-chiapas/triunfo-indigena-en-sacamchen-la-mesa-de-derechos-y-cultura-indigena>. Acesso: 15 jun., 2025

MOGUEL, Julio. O zapatismo: Um ano depois. In: ARELLANO, A. B.; OLIVEIRA, A. U. (Org.) **Chiapas**: Construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.75-78.

MOLINA, Iván. **El pensamiento del EZLN**. México D.F.:Plaza y Valdés, 2000.

MONTALBÁN, Manuel Vazques. **Marcos**: el señor de los espejos. Ed. Aguilar, Madri, 1999.

MOREL, Ana Paula. **Terra, autonomia e ch'ulel**: aprendizados na educação zapatista. Rio de Janeiro, 2018. 250 fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MOREL, Ana Paula. **Um mundo onde caibam muitos mundos**: educação descolonizada e revolução zapatista. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

MUÑOZ RAMÍREZ, Gloria. 20 y 10, el fuego y la palabra. México: La Jornada Ediciones; **Revista Rebeldía**, 2003. Disponível em: <https://desinformemonos.org/wp-content/uploads/2023/11/El-fuego-y-la-palabra.pdf>. Acesso em: 16 jun., 2025.

NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Guerreiros Zapatistas: Velho Antonio e Don Durito. **Revista Eletrônica da Anphlac**, n. 3, p. 350-365, 2003. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1350>. Acesso em: 17 jun., 2025.

NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. México: Universidad Autónoma de México, 2004.

NIGRI, Sarah Domingues da Rocha. As novas representações do indígena e da indianidade construídas pelo movimento zapatista no México. In: GIL, Antonio Carlos Amador. **Identidades Étnicas e Autonomia na América Latina**: novos olhares a partir do movimento neozapatistas. S.I: Npih Publicações, 2011. p. 43-70.

OLESEN, Thomas. **The Zapatistas and the global solidarity movement**. Global Networks, v. 4, n. 1, p. 89-107, 2004.

OLESEN, Thomas. Mixing scales: neoliberalism and the transnational zapatista solidarity newtwork. **Humboldt Journal of Social Relations**, v. 29, n. 1, p. 84-126, 2005.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfdbdjy6zm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 6 abr., 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A rebeldia zapatista no México. In: ARELLANO, Alejandro Buenrostro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Chiapas**: construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 51-58.

OLIVEIRA FILHO, Marco Aurélio Maia Barbosa de. Zapatismo e seus símbolos (e tempos) entrecruzados: autorrepresentação e o sujeito zapatista. **Rebela**, Florianópolis, v. 2, n. 12, p. 266-306, mai./ago., 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/5571>. Acesso em: 20 maio, 2025.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. In: CECEÑA, Ana Esther. Hegemonias e emancipações no século XXI. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf. Acesso em: 25 mai. 2025.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PITARCH, Pedro. **Ch'ulel**: una etnografía de las almas tzeltales. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

PITARCH, Pedro. El pliegue del cuerpo. In: PITARCH, Pedro. **La casa oculta del pliegue**. Antropología indígena, Artes de México/Conaculta, México, 2013.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RAUBER, Isabel. **Luchas y organizaciones sociales y políticas**: desarticulaciones y articulaciones. Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestro tiempo. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2006.

RIVERA CUSICANQUI, S.. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires, AR: Tinta Limón, 2010.

ROBLES GÓMEZ, Manuel **Alejandro**. **Iniciativa que reforma el artículo 27 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**. Ciudad de México: Cámara de Diputados, 20 feb. 2024. Disponível em: https://sil.gobernacion.gob.mx/Archivos/Documentos/2024/03/asun_4720003_20240313_1708472205.pdf . Acesso em: 25 maio, 2025.

ROCHA, Georgia de Cássia. **México**: NAFTA, Crise do Peso de 1994-95 e Diretrizes de Política Econômica do Período. f. Monografia (Graduação ou Curso) – UniCEUB, Brasília, 2004. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9802/1/20075886.pdf>. Acesso em: 20 maio, 2025.

ROOSENS, Eugene. **Creating ethnicity**: the process of ethnogenesis. San Francisco: Sage, 1989.

ROVIRA SANCHO, Guiomar. **La red transnacional de solidaridad con la rebelión indígena de Chiapas y el ciclo de protestas contra la globalización**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, com especialidade em Comunicação e Política) – Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, México, D.F., 2007.

RUBEN, Guillermo Raúl. Empresários e globalização: prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 36, n. 2, p. 71–86, 1993.

RUBIM, Albino Canelas. **A comunicação e a política dos neo-zapatistas**. 1995. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/neozapat.htm>. Acesso em: 25 set, 2025.

SÁMANO R., Miguel Ángel; DURAND ALCÁNTARA, Carlos; GÓMEZ GONZÁLEZ, Gerardo. **Los Acuerdos de San Andrés Larraínzar en el contexto de la Declaración de los Derechos de los Pueblos Americanos**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Jurídicas — Universidad Nacional Autónoma de México, 2001. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/1/1/12.pdf>. Acesso em: 23 set., 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolitas subalternas. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ GARAVITO, César (eds.). **El derecho y la globalización desde abajo**. España: Anthropos Editorial, 2007. p. 31-60.

SARAMAGO, José. Chiapas, nome de dor e de esperança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1998. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft07069812.htm>. Acesso em: 26 maio 2025.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCOTT, James. **Weapons of the Weak**. Yale University Press, New Haven, 1985.

SERVINDI. Movimento Zapatista lança uma Declaração por la Vida. **Servindi**, 01 jan. 2021. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad-opinion/01/01/2021/movimiento-zapatista-lanza-una-declaracion-por-la-vida>. Acesso em: 29 out., 2025.

SILVESTRE NETO, Wilson Silva. EZLN: luta armada e pluralidade política. **Revista Mediações, Londrina**, v. 6, n. 2, p. 87–115, jul./dez. 2001.

SILVEIRA, Bruno Perozzi da. O pulsar do centro da terra: interpretação do apoio zapatista à candidatura presidencial. **Revista Katálisis**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 43-54, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/ZwdwXNwVGjyh7KKRBvsM4bk/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun., 2025.

SMITH, Anthony D. **Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism**. Londres: Routledge, 1998.

STANCHEV, Peter. De Chiapas a Rojava: mais do que apenas coincidências. **Anarquia ou Barbarie**, 24 abr. 2015. Disponível em: <https://anarquiabarbarie.wordpress.com/2015/04/24/de-chiapas-a-rojava-mais-do-que-apenas-coincidencias/>. Acesso em: 15 jun., 2025.

UNITED STATES. Executive Office of the President. **NAFTA Chapter Summaries: Statement of Administrative Action**. Washington, D.C.: Office of the United States Trade Representative, 1993.

VENEGAS, Juan Manuel. Zedillo: acuerdos de San Andrés sí; fueros y autoritarismos, no. **La Jornada**, 24 jan. 1998. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/1998/01/24/zedillo.html>. Acesso em: 24 set., 2025.

VILLORO, Luís. Derechos humanos y autodeterminación de los pueblos. In: CASANOVA, Pablo González; GONZÁLEZ, Arturo Lomelí (Coord.). **Etnicidad, Democracia y Autonomía**, México, D.F: UNAM, 1995.

VITALI, Marcela Araújo. Literatura rebelde zapatista: a produção e a escrita do subcomandante insurgente Marcos. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 17, p. 189-213, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2168>. Acesso em: 17 jun., 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. La Otra Campaña en perspectiva histórica. **Contrahistorias. La otra mirada de Clío**, México, n. 6, p. 73–78, 2006.

ZAPATA, Subcomandante Marcos. **Our Word is Our Weapon.** New York: Seven Stories Press, 2001.